

BIANCA MATIAS DE SOUZA

Pregoeira Titular da 3ª Comissão Genérica (SUPEL-COGEN3)
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO

Protocolo 68132569

Portaria nº 4 de 12 de janeiro de 2026

Altera a Portaria nº 55 de 23 de abril de 2025, que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a 4ª Comissão Genérica, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO e revoga a Portaria nº 265 de 14 de outubro de 2025.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948 de 01 de março de 2023, e do art. 43 da Lei Complementar n. 965 de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria nº 47 de 23 de abril de 2025, que institui as Comissões Genéricas, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso I do art. 1.º da Portaria nº 55 de 23 de abril de 2025 id. (0059486079), que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a 4ª Comissão Genérica, passando a vigorar com a seguinte composição:

I - Agente de contratação:

a) Tonny Vale Renda Junior, matrícula nº *****175.

II - Equipe de Apoio:

a) Ronisa Oliveira dos Santos, matrícula n.º *****321;

b) Ingrida Borges Vitorino, matrícula n.º *****028;

§ 1º O servidor indicado no inciso I, alínea "a)", atuará como **pregoeiro**, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designada como pregoeira substituta a servidora indicada no inciso II, alínea a), deste artigo, que desempenhará as atividades inerentes ao pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 265 de 14 de outubro de 2025.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

Protocolo 68125214

CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO - COGES

Portaria nº 2 de 06 de janeiro de 2026

O **CONTADOR GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar N° 1.109, De 12 Novembro De 2021, subordinada à Governadoria, sendo dotada de autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, publicado no DOE nº 224 de 12.11.2021. 07 e considerando o Art 12 da Lei Complementar N° 1.280, de 26 de Maio De 2025.

Considerando Requerimento 67689272;

Considerando o Parecer 164 (67844484), que se manifesta favorável a majoração do Adicional de Qualificação Profissional concedido pela Portaria 255 (0062911086) para 8% (oito por cento).

R E S O L V E:

Art. 1º. - **MAJORAR o Adicional de Qualificação Funcional**, de acordo com o art. Art. 12, inciso IV- horas de ações de capacitação: 8% (oito por cento) do vencimento da referência atual, da Lei Complementar N° 1.280, de 26 de Maio De 2025, a servidora **CARLA CLARO CAMPOS SALDANHA**, matrícula nº xxxxxx893, ocupante do Analista Contábil, pertencente ao quadro de pessoal da Contabilidade Geral do Estado - COGES/RO.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 4ª - SUPEL-COGEN4

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº90452/2025/ LEI Nº 14.133/2021

Para **TODOS OS ITENS**, adota-se a **exclusiva participação** de Empresas de Pequeno Porte - EPP, Microempresas - ME e equiparadas

RESUMO DOS DADOS

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 23/06/2026, às 10h (horário de Brasília), no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br .	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 18/06/2026
--	---

OBJETO:

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes - Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva e Terapia Ocupacional para atender a Casa do Ancião SEAS-CASA pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.

FUNDAMENTO:

Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021.
Decreto estadual nº28.874, de 25 de Janeiro de 2024.
dentre outros.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0026.003533/2025-11

UASG: 925373

ENDEREÇO ELETRÔNICO : <https://www.gov.br/compras/pt-br>

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

ORÇAMENTO ANUAL	R\$37.855,78 (trinta e sete mil oitocentos e cinquenta e cinco vírgula setenta e oito)
-----------------	--

VISTORIA

INSTRUMENTO CONTRATUAL

Não

Sim

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido no item 27.2. do Termo de Referência. 2. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido no item 27.4. do Termo de Referência. 3. Regularidade fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido no item 27.3. do Termo de Referência. 4. Qualificação técnica: Conforme estabelecido no item 27.4.2. do Termo de Referência.		Requisitos Específicos:
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?
Sim	Não	Não
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	REGISTRO DE PREÇO
Menor Preço Por Item	Aberto	Sim
TELEFONES PARA CONTATO		E-MAIL PARA CONTATO:
TELEFONE: (69) 3212-9243		cogen4.supel@gmail.com
OBSERVAÇÕES GERAIS:		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.		
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (EX.: 90001/2024)		

SUMÁRIO

1. DO PREÂMBULO;
2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS;
3. DO OBJETO;
4. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA;
5. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES;
6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
11. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
12. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
13. DO RECURSO;
14. DA HOMOLOGAÇÃO;

15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO;
19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS;
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
21. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da **Portaria nº 4 de 12 de janeiro de 2026**, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **90452/2025/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#), [Decreto Federal nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#), e o [Decreto Estadual 21.675/2017](#) e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. São participantes deste Sistema de Registro de Preços os seguintes órgãos e/ou entidades:

2.2. Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS

3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais permanentes - Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva e Terapia Ocupacional para atender a Casa do Ancião SEAS-CASA, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

3.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

3.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 4. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

[...]

DOS ITENS				
ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
1	621975	Blocos de Encaixe, em madeira; contendo 25 (vinte e cinco) peças em formatos diferentes; com base medindo aproximadamente 32x21x6,5cm; peças coloridas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
2	486428	Prancha de Encaixe, em madeira; tipo seleção geométrica; aproximadamente 16 peças. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
3	622090	Kit Jogo De Memória, Cubos de Memória - Carimbras Composto por aprox. 24 peças em madeira, cor branca com impressão de formas em diversas cores e modelos. Material: madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10

4	627371	kit Jogo demência - contendo 4 (quatro) jogos de estimulação para idosos: 01 Jogo palavras cruzadas, 01 jogo quem sou eu. 01 Jogo das 4 operações matemática. 01 jogo quebra cabeça cores. Material em madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
5	622245	Desafio das Cores, contendo 1 tabuleiro e bastões. Material em madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
6	626824	Jogo da Velha, Composição: Jogo com tabuleiro fixo dentro da caixa em madeira fibrossintética impressa com Silk Screen, 08 pedras em duas cores confeccionado em MDF. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
7	480956	Treino Cerebral - Contendo aproximadamente 504 (quinhentos e quatro) peças: Sendo 8 (oito) placas, com modelos para fazer as figuras, 01 placa com orifícios como gabarito, contas coloridos em plástico nas cores: vermelhas, brancas, verdes, marrons, azuis, amarelas e pretas. Material madeira e pinos em plástico. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
8	626278	Baralho Estimulo de Memória - contendo aproximadamente 100 (cem) cartas interativas; com acesso via QR CODE a sons, ilustrações e textos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
9	473100	Conjunto De Aramados - em base de madeira; arames galvanizados recoberto com tubo de PVC flexível; contendo: aramado triangular; aramado ondular; aramado montanha-russa; aramado espiral; aramado entrelaçado; aramado acrobático. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
10	622374	Caixa Tátil em Madeira MDF - com 12 (doze) peças. Material: MDF, Composta por uma caixa pintada com tinta atóxica com orifícios revestidos em EVA colorido, acompanha círculos de MDF e EVA com texturas diferentes (lixa, feltro, EVA e espuma). Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05
11	621558	Dominó ADIÇÃO em madeira MDF - Confeccionado em M.D.F. Quantidade aprox. : 28 peças - Caixa de madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	10
12	621560	Dominó SUBTRAÇÃO - em madeira MDF: Confeccionado em M.D.F; Quantidade aprox. : 28 peças - Caixa de madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	10
13	617941	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: leve. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05
14	617941	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: média. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	05
15	617941	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: forte. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05
16	617941	Power web, exercitador - cor: coloridos; Especificações: Tipo de item: Power Web; Material: Silicone; Tamanho: Aprox. 35,56 cm/14 polegadas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	08
17	480293	kit argolas funcionais coloridas - 40 cm de diâmetro: Tamanho do diâmetro: 40 cm; Material: PVC (Polipropileno); Quantidade: 12 unidade de argolas e os conectores. Garantia mínima de 12 (doze) meses	KIT	10
18	628050	Kit com 100 (cem) bolinhas de plástico para piscina de bolinhas - Especificações: Material: Plástico não tóxico e resistente; Diâmetro: Aproximadamente 7 cm por bolinha; Cores: Sortidas (azul, amarelo, vermelho, verde, entre outras); Quantidade: 100 (cem) unidades. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	KIT	10
19	480292	Jogo torre Inteligente em Madeira com estojo e pinos coloridos - Especificações: Material: confeccionado em madeira. Componentes: placas e cilindros de madeira pintados com tinta atóxica; Cores dos Cilindros: coloridos. Total de Peças: Aprox. 40 peças. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
20	481748	Jogo da memória em madeira com Pinos Coloridos - Especificações: Material: Madeira; Conteúdo: 01 tabuleiro, 01 dado e aprox. 24 pinos. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	10
21	480945	Cubo de encaixe/empilhar 5 peça -: Material: Madeira; Cores: coloridos, e uma peça de madeira crua. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
22	626982	Ábaco aberto com 5 hastes em madeira - representando unidade, dezena, centena e milhar: Material: Madeira; Quantidade: Aprox. 50 argolas coloridas. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	10
23	480293	Kit de argolas plásticas de brinquedo com aprox. 12 peças - Material: Plástico resistente; Tamanho: 12 cm; Cor: Variadas. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	10

24	627915	Pegador de objetos (Pinça): Especificações: Material do cabo: Metal; Material da ponta: Plástico; Tipo de pinça: polivalente. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	10
25	617650	Alinhavos em forma de animais - peças em madeira: Especificações: Material: madeira; Cor: multicolorido; Cordões: Colorido. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	10
26	617650	Alinhavos em forma geométricas em madeira peças - Especificações: Formas: quadrado, triângulo, círculo, retângulo, sextavado e trapézio isósceles; Cores: azul, amarelo, vermelho e verde; Acondicionado em caixa de madeira Cordões: Colorido. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
27	421480	Par de Pulseira com Peso de Pulso Unisex - com blocos de cargas removíveis, ajustável, silicone e cilindros de ferro, com fecho de aço. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	PAR	10
28	303999	Borda elevada para prato - Especificações: Material: moldado em plástico. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
29	468490	Pratos com bordas elevadas - Especificação: Plástico resistente. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
30	1220	Abotoadores de camisas - Especificações: Material: Aço inoxidável e madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
31	260276	Engrossadores de talheres para cabo de metal - não tóxico. Material: Borracha. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
32	397208	Colheres de sopa reta com cabo engrossado - Especificações: Comprimento: 16 cm; Material do cabo: plástico; Material da colher: aço inoxidável. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
33	486436	Plastificadora portátil A4, com cortador - Tipo de laminadora: Frio/quente; Voltagem: 127 V; Velocidade: 340 mm/min; Potência: 360 W; Largura Suportada: 3,3 cm; Com direção dupla. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	02
34	618507	Kit supermercado - com alimentos em feltro com fibra em silicone. Tamanho natural dos alimentos. Compartimento em caixas de plásticos para armazenamento e sacolas para transporte. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	02
35	480838	Quebra cabeça em M.D.F de alimentos para atividade de educação alimentar - Especificações: Confeccionado em M.D.F, com 30 peças que se encaixam entre si; Alimentos; 1 base de M.D.F. Com fundo em baixo relevo (para montar o quebra-cabeça). Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
36	601999	Kit réplicas de alimentos com prato educativo saudável para atividade de educação alimentar - Especificações: Produzido em material resistente; Produzido em diversos materiais como polietileno, poliuretano, silicone e plástico; Tamanho aproximado as dimensões de alimentos naturais; Total de aprox. 46 réplicas de alimentos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	02
37	617649	Pirâmide dos alimentos de espuma para atividade de educação alimentar - Especificações: Pirâmide com aprox. 30 alimentos em espuma de aproximadamente 1 cm de espessura da espuma; Pannel em formato de pirâmide em feltro. Alimentos diversos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05

3.4. Da garantia do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 18. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

[...]

Os itens fornecidos deverão possuir garantia prestada pelo fabricante ou pelo fornecedor, cobrindo eventuais defeitos de fabricação, montagem ou funcionamento, pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses**.

O prazo da garantia terá início a partir do recebimento definitivo do item, devidamente atestada pela Administração.

A garantia deverá abranger, no mínimo:

Substituição de peças ou componentes com defeito de fabricação;

Reparos necessários decorrentes de vícios, defeitos ou falhas de fabricação;

Substituição integral do item quando o defeito não puder ser sanado;

Atendimento sem custos adicionais à Administração, incluindo mão de obra, transporte, frete ou quaisquer despesas necessárias ao cumprimento da garantia..

Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela assistência técnica e pelas providências necessárias à correção de defeitos de fabricação ou funcionamento apresentados pelos itens fornecidos.

A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados, por meio eletrônico, telefônico ou outro meio formal de comunicação.

O prazo máximo para reparo ou substituição do item defeituoso será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da abertura do chamado.

A contratada deverá apresentar, no ato da entrega, documento comprobatório da garantia emitido pelo fabricante ou fornecedor, contendo prazo de cobertura e condições aplicáveis.

Ficam excluídas da garantia as hipóteses de danos decorrentes de mau uso; desgaste natural pelo uso ordinário; acidentes; quedas; contato com líquidos; surtos elétricos; armazenamento inadequado e intervenções técnicas realizadas por terceiros não autorizados.

Os casos omissos neste item serão regulados pela Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

3.5 Das condições contratuais/garantia do contratual: Ficam aquelas estabelecidas no item 11.; 29. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

[...]

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de **Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva e Terapia Ocupacional**, destinados ao atendimento dos residentes da ILPI Casa do Ancião, com foco na promoção de estímulos cognitivos, sensoriais, motores e psicossociais, contribuindo para o envelhecimento saudável, funcional e com qualidade de vida.

A seguir, são apresentados os requisitos da contratação, classificados em funcionais, não funcionais, padrões de mercado e normativos.

Requisitos Funcionais

São aqueles que descrevem **o que os materiais adquiridos devem fazer** ou proporcionar:

Os materiais devem atender aos objetivos terapêuticos de estimulação cognitiva, motora e sensorial, conforme plano terapêutico individualizado da equipe multidisciplinar.

Devem ser apropriados para o uso por pessoas idosas, com diferentes graus de mobilidade, cognição e coordenação motora.

Os itens devem permitir a realização de atividades lúdicas, interativas e que estimulem funções executivas, memória, raciocínio lógico, coordenação olho-mão e habilidades motoras finas e grossas.

Os materiais devem ter aplicabilidade prática nas rotinas de reabilitação e ocupação terapêutica, sendo compatíveis com o ambiente da ILPI e o perfil dos usuários.

Os produtos devem ser seguros, com bordas arredondadas, materiais atóxicos e de fácil manuseio pelos idosos.

Requisitos Não Funcionais

Referem-se às **características de qualidade, desempenho e usabilidade dos materiais**:

Os materiais devem ser duráveis, resistentes ao uso contínuo, e de fácil higienização, considerando o ambiente institucional e o perfil do público atendido.

Devem apresentar boa ergonomia e acessibilidade, adaptando-se às limitações físicas e cognitivas dos idosos.

Os itens devem possuir boa apresentação estética, com cores, texturas e formatos atrativos para o público da terceira idade.

Os produtos devem estar prontos para uso, não exigindo montagem complexa ou instalação técnica especializada.

Devem possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.

Padrões de Mercado

Os materiais devem ser novos, de primeiro uso, e com fabricação nacional ou internacional reconhecida no mercado de reabilitação e terapia ocupacional.

Devem ter ampla oferta no mercado, possibilitando a cotação comparativa de preços e qualidade.

É desejável que os itens estejam disponíveis em catálogos especializados ou sejam comercializados por fornecedores que atuam regularmente no segmento de saúde, educação especial, psicomotricidade ou terapia ocupacional.

Requisitos Normativos

Os produtos devem atender às **normas técnicas da ABNT**, em especial aquelas que tratam da segurança de brinquedos (ex: **NBR NM 300**) e materiais terapêuticos.

Quando aplicável, os produtos devem possuir **registro ou isenção junto à ANVISA** e/ou **INMETRO**, especialmente no caso de dispositivos terapêuticos.

Os materiais devem observar os princípios de acessibilidade definidos pela **Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência**.

Os fornecedores devem garantir a rastreabilidade e a origem legal dos produtos comercializados, em conformidade com a legislação vigente.

[...]

Não será exigida garantia contratual, uma vez que o objeto desta licitação não apresenta grande complexidade.

3.6. Do reajuste e supressão contratual: Ficam aquelas estabelecidas no item 14.3.; 14.4. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão

requerente.

[...]

Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado da contratação.

O reajuste a que se refere este tópico irá ocorrer em conformidade ao estabelecido no Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA.

Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços, sempre que este ocorrer.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

Os pedidos de reajustamento de preços deverão ser instruídos com requerimento expresso do contratado.

O reajuste que o contratado fizer jus e que não for solicitado durante a vigência do contrato será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise.

Da Extinção contratual:

O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante processo administrativo devidamente motivado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Constituem motivos para extinção contratual, dentre outros legalmente previstos:

O descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

O cumprimento irregular do objeto;

A alteração social da contratada que comprometa a execução contratual;

A decretação de falência ou dissolução da empresa;

Razões de interesse público devidamente justificadas pela Administração; e

O não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei.

A contratada terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

Nos casos de supressão do objeto além dos limites legais;

Suspensão da execução por ordem da Administração por prazo superior a 3 (três) meses;

Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis;

Atraso superior a 2 (dois) meses nos pagamentos devidos pela Administração; e

Não liberação, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto necessário à execução contratual.

As hipóteses de extinção contratual em favor da contratada, previstas nas alíneas “b”, “c” e “d”, não serão admitidas nos casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato imputável à própria contratada, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído.

A extinção do contrato poderá ocorrer de forma unilateral pela Administração, consensualmente entre as partes ou por decisão arbitral ou judicial, na forma da legislação aplicável.

Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a contratada fará jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

3.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 16.; 13. e 17. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

[...]

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social, conforme os termos do art. 117, § 1º e 2º, da Lei nº. 14.133/21, designará 1 (um) ou mais representantes para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

Em caso de eventual falha na execução dos serviços que compõem o objeto contratual, deverá o fiscal registrar, de forma detalhada, a ocorrência no relatório de fiscalização.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito e serão documentadas nos autos do processo de fiscalização, de modo que haja rastreabilidade dos fatos ocorridos ao longo da vigência do contrato.

Após a emissão da Ordem de Fornecimento/Contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações

acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato.

Da execução do objeto:

Do Local de Entrega:

Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social, localizado Rua Antônio Lacerda, nº 4162, Bairro Industrial, em Porto Velho - RO - CEP: 76821-038, no período de Segunda a Sexta-Feira, no horário compreendido entre 07h30m e 13h, mediante prévio agendamento junto à GAP/SEAS, através do telefone (69) 99987-2474.

As entregas sem agendamento somente serão aceitas, excepcionalmente, desde que não prejudique os demais recebimentos agendados, a critério do GAP/SEAS.

Fica a Contratada ciente de que qualquer ônus decorrente da entrega dos materiais, inclusive frete, e movimentação dos materiais até as dependências do Almoxarifado é de inteira responsabilidade da Contratada e/ou da transportadora.

Da Forma de Entrega:

A entrega será conforme as quantidades solicitadas nas Ordem de Fornecimentos, Notas de Empenho ou outro documento equivalente.

Do Prazo de Entrega:

O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento, podendo ser dilatado em casos excepcionais, mediante apresentação de justificativa, com concordância da Administração.

As eventuais solicitações de dilação de prazo de entrega do objeto, deverão ser realizadas dentro do prazo da entrega.

As eventuais solicitações encaminhadas à esta SEAS fora do prazo descrito neste termo correrão o risco da perda do direito de análise.

As solicitações de dilação de prazo de entrega dos materiais, deverão ser encaminhadas através do e-mail: **dafcontratos2019@gmail.com**.

DO RECEBIMENTO

No recebimento e aceitação dos materiais serão observadas as especificações contidas no Termo de Referência.

Os equipamentos/materiais deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas e demais disposições constantes no Termo de Referência, não sendo permitido a Comissão, receber os equipamentos fora das especificações pré-definidas.

O objeto deverá ser indiscutivelmente novo e sem uso. Não sendo aceitos itens que tenham sido objeto de quaisquer processos de reciclagem ou recondicionamento. Deverão estar acondicionados em embalagem própria conforme ao fabricante, garantindo sua integridade.

O recebimento se dará da seguinte forma:

Recebimento Provisório: num prazo de 03 (três) dias úteis, para posterior verificação da conformidade dos materiais fornecidos, em relação à qualidade e quantidades conforme especificações exigidas, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.

Recebimento Definitivo: no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação da conformidade dos materiais fornecidos, em relação à qualidade e quantidades conforme especificações exigidas.

O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento dos materiais/bens.

O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil, pela qualidade, correção, solidez e segurança do objeto contratual, nem ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

3.8. Da entrega/recebimento: Ficam aquelas estabelecidas no item 13.; 17. e subitens do Anexo I –

Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

[...]

Do Local de Entrega:

Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social, localizado Rua Antônio Lacerda, nº 4162, Bairro Industrial, em Porto Velho - RO - CEP: 76821-038, no período de Segunda a Sexta-Feira, no horário compreendido entre 07h30m e 13h, mediante prévio agendamento junto à GAP/SEAS, através do telefone (69) 99987-2474.

As entregas sem agendamento somente serão aceitas, excepcionalmente, desde que não prejudique os demais recebimentos agendados, a critério do GAP/SEAS.

Fica a Contratada ciente de que qualquer ônus decorrente da entrega dos materiais, inclusive frete, e movimentação dos materiais até as dependências do Almoxarifado é de inteira responsabilidade da Contratada e/ou da transportadora.

Da Forma de Entrega:

A entrega será conforme as quantidades solicitadas nas Ordem de Fornecimentos, Notas de Empenho ou outro documento equivalente.

Do Prazo de Entrega:

O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento, podendo ser dilatado em casos excepcionais, mediante apresentação de justificativa, com concordância da Administração.

As eventuais solicitações de dilação de prazo de entrega do objeto, deverão ser realizadas dentro do prazo da entrega.

As eventuais solicitações encaminhadas à esta SEAS fora do prazo descrito neste termo correrão o risco da perda do direito de análise.

As solicitações de dilação de prazo de entrega dos materiais, deverão ser encaminhadas através do e-mail: **dafcontratos2019@gmail.com**.

DO RECEBIMENTO

No recebimento e aceitação dos materiais serão observadas as especificações contidas no Termo de Referência.

Os equipamentos/materiais deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas e demais disposições constantes no Termo de Referência, não sendo permitido a Comissão, receber os equipamentos fora das especificações pré-definidas.

O objeto deverá ser indiscutivelmente novo e sem uso. Não sendo aceitos itens que tenham sido objeto de quaisquer processos de reciclagem ou recondicionamento. Deverão estar acondicionados em embalagem própria conforme ao fabricante, garantindo sua integridade.

O recebimento se dará da seguinte forma:

Recebimento Provisório: num prazo de 03 (três) dias úteis, para posterior verificação da conformidade dos materiais fornecidos, em relação à qualidade e quantidades conforme especificações exigidas, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.

Recebimento Definitivo: no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação da conformidade dos materiais fornecidos, em relação à qualidade e quantidades conforme especificações exigidas.

O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento dos materiais/bens.

O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil, pela qualidade, correção, solidez e segurança do objeto contratual, nem ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

3.9. Do pagamento: Ficam aquelas estabelecidas no item 19. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

[...]

Deverão ser apresentadas na SEAS, Notas Fiscais/Faturas emitidas em nome da contratante que será identificado na Ordem de Fornecimento, devendo conter no corpo da mesma: a descrição do Objeto, respectiva nota de empenho da despesa, número do processo e número da Agência e Conta Bancária da Empresa para depósito do pagamento, acompanhada da apresentação da certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, podendo ser verificada nos sites eletrônicos, e ser positiva com efeito de negativa.

A contratada terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para efetuar a eventual correção da nota fiscal, caso seja necessário.

Sem prejuízo dos demais requisitos, para efeito de pagamento, observar-se-á o seguinte:

Pela fiel e perfeita execução do objeto definido neste Termo de Referência, a SEAS/RO realizará o pagamento, mediante a entrega da(s) nota(s) fiscais(is), que corresponderá(ão) ao valor da parcela do serviço / compra contratado e entregue.

No preço a ser pago deverão estar incluídas todas as despesas inerentes a salários encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, dentre outras (quando houver);

A(s) notas(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser certificada(s) pelo servidor encarregado de fiscalizar a entrega dos materiais/serviços, comprovando a execução do objeto contratado.

A contratante poderá deduzir do montante a pagar à contratada, os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas por esta, previstas neste Termo de Referência.

Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da habilitação para pagamento, nos termos do art. 190 do Decreto Estadual 28.874/2024.

Constando-se quaisquer incorreções na nota fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para o pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação, a qual ocorrerá em até 05 (cinco) úteis, contados do recebimento definitivo.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Havendo qualquer divergência no pagamento, será efetuado o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo da apuração do valor controvertido.

A empresa contratada deverá indicar no corpo da nota fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta, para qual deverá ser realizado o pagamento, via ordem bancária.

A contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring*.

A nota fiscal deverá ser emitida observando-se os dados, tais como nome CNPJ do Fundo ou Unidade Gestora designado na Ordem de Serviço/Contrato e demais informações constantes no documentos a serem enviados.

As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da empresa contratada.

O pagamento efetuado à empresa contratada não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a entrega/execução dos materiais/serviços, especialmente aquelas relacionada com a qualidade e garantia dos materiais/serviços oferecidos.

A nota fiscal deverá ser encaminhada em PDF para o e-mail dafcontratos2019@gmail.com, com as respectivas documentações.

O pagamento só poderá ser efetuado, após a certificação da nota fiscal pela comissão de fiscalização e recebimento de material/serviço.

Caso a empresa seja optante do Simples Nacional deverá encaminhar a declaração junto à Nota Fiscal. A declaração pode ser nos moldes do seguinte modelo:

DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÕES INSCRITAS NO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr. (pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA ao Estado de Rondônia, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Estado de Rondônia, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

.....

Assinatura do Responsável

3.10. Da obrigação da contratada: Ficam aquelas estabelecidas no item 28.2. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

[...]

Além das demais obrigações exigidas em Lei a empresa CONTRATADA deverá:

Disponibilizar e manter atualizado endereço eletrônico durante toda a execução do contrato/fornecimento.

Realizar a entrega dos itens nas quantidades e prazos previstos neste instrumento.

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Assegurar à Administração o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os materiais que não estejam conforme as condições estabelecidas no presente Termo, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades pactuadas;

Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do objeto fornecido;

Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Processo Licitatório e da execução do contrato;

A inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração contratante, nem poderá onerar os materiais objeto deste Termo, razão pela qual a Empresa renuncia a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a contratante;

Quando houver formalização contratual, aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei 14.133/2021.

Responsabilizar-se integralmente pelos materiais/serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

Entregar o objeto nas quantidades indicadas pelo órgão requisitante;

Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto e/ou serviço;

Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto e/ou serviço a ser adquirido, sobre tudo e qualquer dificuldade encontrada;

Responsabilizar-se por todos os transportes dos produtos em caso de necessidade de reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir.

Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Efetuar a entrega do objeto no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento, considerando a urgência da situação supracitada, podendo ser dilatado em casos excepcionais, mediante apresentação de justificativa, com concordância da Administração.

Repor ou substituir, às suas expensas, o objeto com avarias ou defeitos, ou que não correspondam com o solicitado neste Termo de Referência, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.**

Comunicar à contratante, por escrito, via e-mail dafcontratos2019@gmail.com, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, que antecedem a data da entrega**, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de seus deveres e responsabilidades relativos à execução do contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior.

A contratada deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação durante a execução contratual, conforme art. 62 da Lei 14.133/2021.

Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.

Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.

Apresentar a Declaração de Menor.

Apresentar a Declaração Independente de Proposta.

Apresentar a Declaração de Acessibilidade.

Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.

Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

3.11. Da obrigação da contratante: Ficam aquelas estabelecidas no item 28.1. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

[...]

Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes, devendo comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, para correção das irregularidades apontadas;

Comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução do contrato e receber dela as informações acerca das providências adotadas;

Promover o recebimento provisório e o definitivo nos prazos fixados;

Caberá ao servidor designado para o recebimento rejeitar qualquer item que não esteja de acordo com as exigências deste instrumento;

Fiscalizar a execução do contrato;

Efetuar o pagamento no devido prazo estabelecido;

Prestar todas as informações a CONTRATADA, necessárias ao bom e fiel desempenho do contrato;

Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução da entrega dos materiais/serviços, determinando a imediata correção;

Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de penalidades pelo descumprimento total ou parcial do objeto.

3.12 Dos critérios de sustentabilidade: Ficam aquelas estabelecidas no item 23. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

[...]

Deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, artigo 225 da Constituição Federal/88, em conformidade com a lei 14.133/2021.

Devera aplicar as normas técnicas da associação Brasileira de Normas técnicas – ABNT/NBR, referente ao uso de materiais atóxicos e reutilizáveis. Os materiais entregues por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Termo de Referência.

Dar preferência por produtos com certificações ambientais (ISO 14001, rótulos ecológicos), fabricados com materiais reciclados ou de fontes renováveis, com menor toxicidade e maior durabilidade.

Optar por fornecedores locais ou regionais para reduzir os impactos do transporte.

Dar preferência a produtos com embalagens mínimas, recicláveis ou biodegradáveis.

Recomenda-se que no caso de aquisição de bens para substituição de outros já existentes na Instituições, os últimos deverão ser corretamente destinados para reciclagem, doação ou desfazimento; Em nenhuma hipótese os mesmos serão descartados em locais que não sejam os identificados na legislação em vigor.

4. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA

4.1. Será permitida a cotação de quantidades parciais, inferiores à demanda desta licitação, conforme item 15.7. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

[...]

Referente às quantidades mínimas, indica-se o que menciona o Decreto nº 11.462/2023, que, embora seja o regulamento federal de registro de preços, pode ser utilizado como referência para as explicações necessárias:

Art. 15. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disporá sobre:

[...]

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida, desde que justificada;

[...]

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso II do caput, consideram-se quantidades mínimas a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda na licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas, desde que permitido no edital, com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala.

Portanto, a quantidade mínima a ser cotada refere-se ao quantitativo que o licitante deve apresentar em sua proposta, sendo possível que um mesmo edital origine múltiplos fornecedores para um único item.

Nesse sentido, é necessário considerar uma possível perda de ganhos de escala decorrente do fracionamento de cotações pela Administração e observar os princípios da eficiência, vantajosidade e economicidade. Assim, não se vislumbra viabilidade técnica no recebimento de múltiplas propostas para um único item, ressalvados apenas os casos de possíveis divisões para reserva de cotas para ME e EPP.

Desta forma, as propostas apresentadas no presente certame deverão condizer com a totalidade dos quantitativos apresentados em cada item/lotas, não sendo admitida a possibilidade dos licitantes oferecerem propostas em quantitativos inferiores aos máximos previstos no edital.

5. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES

5.1. **SERÁ** admitida a previsão de preços diferentes, conforme item 15.10. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

[...]

Conforme previsto no artigo 82, III, da Lei nº 14.133/2021, o edital de licitação para registro de preços pode dispor sobre a possibilidade de haver **preços diferenciados** por item, considerando fatores como o execução do objeto, tais como local de entrega, firma de acondicionamento e outras variáveis devidamente justificadas no processo. Em especial, o inciso III estabelece que podem ser aplicados preços distintos quando:

O objeto for realizado ou entregue em locais diferentes: a variação de preços entre os itens, mesmo com a entrega em um único local, se baseia na complexidade logística envolvida, considerando fatores como o volume e a especificidade dos produtos entregues. Embora a Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social de Rondônia (SEAS/RO) tenha definido um ponto único de entrega neste Termo, os custos operacionais podem variar de empresa por empresa.

Em razão da forma e do local de acondicionamento: os custos podem se diferir devido às especificidades no acondicionamento, que visam preservar a integridade e a qualidade dos itens durante o transporte e armazenamento.

Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote: a variação de preços entre os lotes fundamenta-se nos custos proporcionais envolvidos na aquisição, armazenamento e transporte dos itens. Quanto maior o lote, o custo de escala tende a ser menor, enquanto lotes menores podem ter preços relativamente mais altos.

Por outros motivos justificados no processo: esses motivos podem incluir requisitos adicionais de qualidade, prazos diferenciados de entrega, necessidade de serviços complementares, ou particularidades técnicas associadas aos produtos que implicam ajustes de custos.

Dessa forma, conclui-se que **é possível admitir preços diferentes** entre os itens, considerando que empresas distintas podem ser vencedoras de cada um deles e que há justificativas técnicas, operacionais e econômicas plausíveis para tais variações.

5.2. Na hipótese de o preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item contratado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao fornecedor requerer à Contratante a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.4. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço contratado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.5. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratado, o pedido será indeferido pela Contratante e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação

aplicável.

5.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5 e no item 5.4, a Contratante atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante Termo Aditivo.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

6.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: cogen4.supel@gmail.com

6.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

6.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

6.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

6.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

7.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

7.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

7.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

7.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

7.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 25. do Anexo I - Termo de Referência.

[...]

Forma de Consórcio:

É **vedada** a participação de empresas sob a forma de consórcio, uma vez que a união de esforços se faz necessária apenas na questão de alta complexibilidade e de relevante vulto, que impeçam a participação isoladas de empresas, que não é o caso do objeto em questão. A formação de consórcios nesta licitação poderá ensejar na redução do caráter competitivo do certame, visto que se trata de fornecimento de bem comum.

Sociedades Cooperativas:

Fica **vedada** a participação de cooperativas no certame, em razão da natureza do objeto licitado, que exige a entrega de materiais padronizados e a rastreabilidade da origem dos produtos e atendimento a exigências contratuais específicas quanto à qualidade e garantia dos materiais. Considerando o regime jurídico peculiar das cooperativas, que pressupõe a atuação direta e autônoma dos cooperados, entende-se que sua participação pode comprometer o fiel cumprimento das obrigações contratuais, inclusive no que tange à responsabilização por vícios e defeitos dos bens fornecidos.

7.6.7 Da subcontratação: Ficam aquelas estabelecidas no item 30. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

[...]

A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase ou etapa requeira a participação de terceiros, em razão da necessidade de especialização ou atividade diversa daquela praticada pela contratada, como serviço/material principal.

Os itens que compõem a solução são comuns, de fácil acesso e aquisição, não justificando a necessidade de realizar subcontratação.

Por essa razão, fica vedada cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.

7.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão de seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

7.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **desclassificação** ou inabilitação.

8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

8.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

8.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

8.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

8.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

8.4 Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual nº 21.675/2017, no que couber.

9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser

encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

9.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, observando os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

9.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

9.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

9.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 15.11. do Anexo I deste edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances

[...]

Considerando que a presente licitação será realizada na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, opta-se pelo **modo de disputa aberto**, em conformidade com o art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

Tal escolha justifica-se pela compatibilidade entre a modalidade, o critério e o modo de disputa, uma vez que a apresentação de lances públicos e sucessivos estimula a competitividade, assegura maior transparência e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

10.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

10.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

10.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**.

10.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, **CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR**.

10.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021., nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de

trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.10. Persistindo o empate, será realizado sorteio em sessão pública entre as propostas empatadas.

10.11. Na hipótese do subitem 10.9, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site sorteador.com.br (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 10.11;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

10.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.13. Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017:

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual 21.675/2017, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência.

11. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

11.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

11.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat

de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

11.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

11.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

11.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

11.3.3.. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

11.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

11.5. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

11.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la.

11.8. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 20. do Anexo I - termo de Referência.

11.9. **As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

11.9.1 A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

11.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 11.9.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

11.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

11.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

11.9.4. O procedimento mencionado no item 11.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

11.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante na proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

12.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

12.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

12.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

12.6 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.7. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

12.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.10. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

12.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

12.11.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem 12.11. poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.11.2. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

12.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

[...]

a) A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

g) Certidão Negativa Correccional da Controladoria-Geral da União;

h) Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

12.12.1. Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

12.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato

constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

12.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

12.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 27.4. do Anexo I deste edital - Termo de Referência.

[...]

HABILITAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA-FINANCEIRA:

Exigência de Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos **últimos 90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

No caso de empresa que esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado o Plano de Recuperação Judicial já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

12.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 25.4. do Anexo I deste Edital – Termo de Referência.

12.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.17. DAS DECLARAÇÕES:

12.17.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações:

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.

d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

e) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

g) Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital - Termo de Referência

h) Não será necessária a juntada as documentações exigidas em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, com os demais documentos de habilitação/proposta.

12.17. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

13. DO RECURSO

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 após a fase de Julgamento e Habilitação, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

13.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

13.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

15.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.4. Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções previstas no item 31. e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.**

[...]

29.1 Disposições Gerais:

Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada as sanções previstas neste item, observadas as seguintes diretrizes:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Do contraditório e da ampla defesa prévia a aplicação de sanções:

Antes da aplicação de qualquer sanção, será assegurado a contratada o direito a ampla defesa e ao contraditório, com a prévia e expressa manifestação nos autos do processo administrativo.

A contratada será intimada para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme previsto nos arts. 157 e 158 da Lei 14.133/2021.

A defesa prévia apresentada **tempestivamente**, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, será obrigatoriamente analisada pela autoridade competente antes da decisão que aplicar eventual sanção.

Será considerado intempestiva a defesa apresentada após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis, **não**

gerando obrigatoriedade de análise, ressalvada a hipótese de justificativa aceita pela administração para a apresentação fora do prazo, por motivo de força maior ou caso fortuito.

O prazo previsto no subitem 31.2.2 é **improrrogável**, observado o disposto no art. 157 da Lei nº 14.133/2021, salvo comprovada ocorrência de força maior ou caso fortuito que impeça a tempestiva apresentação da defesa, hipótese em que a Administração, mediante decisão fundamentada, poderá reabrir o prazo por igual período.

Das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021:

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à contratada, garantida a prévia e ampla defesa, as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei 14.133/2021:

I – **advertência** por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado ou fornecimento de material, conforme art. 156, inciso I c/c § 2º;

II – **multa**, na forma dos subitens 29.4 e 29.5, conforme art. 156, inciso II c/c § 3º;

III – **impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme art. 156, inciso III c/c § 4º;

IV – **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme art. 156, inciso IV c/c § 5º.

Da multa por atraso entrega (mora):

Pelo descumprimento do prazo de entrega estabelecida no item 12.3 deste termo de referência, será aplicada à contratada multa moratória, incidente sobre o valor do item ou da Ordem de Fornecimento/Contrato não entregue no prazo, conforme os seguintes percentuais:

a) **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso, até o 10º (décimo) dia corrido de atraso;

b) **1% (um por cento)** por dia de atraso, do 11º (décimo primeiro) ao 20º (vigésimo) dia corrido de atraso;

c) **2% (dois por cento)** por dia de atraso, do 21º (vigésimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia corrido de atraso.

O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, sem justificativa aceita pela Administração, caracterizará inexecução total do objeto, sujeitando a contratada à multa compensatória de **5% (cinco por cento)** sobre o valor do item não entregue, além da rescisão contratual e das demais sanções cabíveis.

As multas por atraso serão aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo da obrigação de entrega do objeto.

Das multas compensatórias por inexecução:

Pela inexecução total do objeto, será aplicada multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

Pela inexecução parcial do objeto, será aplicada multa compensatória de **0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento)** sobre o valor da parcela ou item não executado, considerando-se a gravidade da infração, nos termos do art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

As multas previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo da obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

Das infrações administrativas e respectivas multas específicas:

Sem prejuízo das demais sanções, as seguintes infrações sujeitam a contratada às multas específicas abaixo indicadas, incidentes sobre o valor do item ou da Ordem de Fornecimento, conforme tabela exemplificativa:

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	25% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	10% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)
3	Recusar-se a entregar o bem determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	5% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)

4	Entregar o bem incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência;	10% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Manter atualizado <u>endereço eletrônico</u> durante toda a execução do contrato/fornecimento;	3% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	3% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)
7	Comunicar a CONTRATANTE dentro do Prazo estipulado no item 21.2.14 , quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam a entrega do objeto.	30% (sobre o valor do item)
8	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	8% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)
9	Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no tempo máximo conforme informado (item 10.2.2.5 .) a contar da notificação para tal;	30% (sobre o valor do item que não houver reparação, correção, remoção ou substituição)
10	Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes da SAMS e Termo de Referência em consonância com a proposta apresentada;	20% (sobre o valor do item)

11	Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;	10% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)
12	Deixar de cumprir quaisquer das cláusulas "Das obrigações da contratada" (item 22.2. e seus subitens).	De 0,5% a 10% (A definição da porcentagem a ser aplicada obedecerá ao art. 156, §1º da Lei nº 14.133, de 2021 presente também neste Termo de Referência)

**incidentes sobre o valor do contrato/nota de empenho*

Da aplicação e cobrança das multas

As multas devidas e/ou os prejuízos causados a contratante serão:

deduzidos dos valores a serem pagos à contratada;

recolhidos em favor do Estado de Rondônia, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação oficial;

deduzidos da garantia contratual, se houver; ou

inscritos na dívida ativa e cobrados judicialmente.

As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021.

A aplicação de qualquer penalidade será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, nos termos do subitem 31.2.

As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF ou CAGEFIMP.

A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

DECLARAÇÃO:

Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em conformidade com o art. 63, IV, da Lei 14.133/2021; e

Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme previsão do inciso XVII do Art. 92, da Lei 14.133/2021.

16.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social, **Unidade Gestora SEAS/RO**, conforme estabelecido no item 22.1. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

[...]

Esta despesa se dará em conformidade com a dotação orçamentária:

U.G	PROGRAMA DE TRABALHO	P/A	FONTE DE RECURSO	NATUREZA E SUBELEMENTO DE DESPESA
23.012	2168	2510	1.500.0.00001	44.90.52
23.001	1015	2087	/1.501.0.00001/1.660.0.00001/2.660.0.00001	
23.011	2087	2197	1.500.0.00001/1.501.0.00001	
			1.761.0.00001/2.761.0.00001	

18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta

apresentada à licitação.

18.2. O limites global e individual para adesões a este Sistema de Registro de Preços será de, respectivamente, duas vezes e 50% .

18.3. O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelos órgão gerenciador, participantes e não participantes será de 50%.

18.4. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

18.5. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.7. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021, e as demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

18.8. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.9. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

18.10. - É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

18.11. Por ocasião da publicação da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

18.12. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

18.12.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

18.12.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

18.12.2.1. Aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação; e

18.12.2.2. Mantiverem sua proposta original.

18.13. Para o cadastro reserva disposto no item **18.12.2** o (a) Pregoeiro (a) realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

18.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

18.15. O registro a que se refere o item **18.12.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo detentor da ata.

18.16. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

18.17. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.17.1. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

18.18. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

18.18.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

18.18.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

18.18.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

19.1.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

19.1.2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

19.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público; e

19.1.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

19.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

19.3. O disposto no § 3º do art. 139 do Decreto 28.874/2024 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

20.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

20.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

20.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

20.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> <https://www.gov.br/compras/pt-br>

20.12. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

20.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

20.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

21. DOS ANEXOS

21.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência (72374976);

ANEXO II - Mapa de Risco e Matriz de risco (0060052113);

ANEXO III - SAMS (72952127);

ANEXO IV - Quadro Estimativo de Preços (72819500);

ANEXO V - Minuta da Ata de Registro de Preços e da Adesão à ata (72642772)

Porto Velho-RO, 06 de junho de 2026.

TONNY VALE RENDA JÚNIOR
Pregoeiro da 4ª Comissão Genérica - SUPEL/COGEN4
Portaria nº 4 de 12 de janeiro de 2026



Documento assinado eletronicamente por **TONNY VALE RENDA JUNIOR, Pregoeiro(a)**, em 08/06/2026, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72503146** e o código CRC **24B405D6**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS
Gerência de Compras - SEAS-GC

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

- 1.1. Unidade administrativa: Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS
- 1.2. Unidade solicitante: Diretoria Técnica de Políticas Públicas - DIRT e ILPI Casa do Acião são Vicente de Paula SEAS-CASA/RO.

2. DA INTRODUÇÃO DA BASE LEGAL:

- 2.1. Este Termo de Referência é elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024.

- 2.2. Atenta-se aos princípios previstos no art. 5º da mencionada Lei, *in verbis*:

[...]

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

[...]

- 2.3. Este instrumento é regido pelo disposto no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021 e art. 42, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

- 2.4. **Declaração Técnica:** Os itens objeto desta contratação possuem especificações usuais de mercado e padrões de desempenho mensuráveis, conforme art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021 e art. 65 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, justificando a escolha do Pregão:

[...]

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

[...]

- 2.5. Será adotado, ainda, o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com base no art. 116, inciso II, do Decreto Estadual n. 28.874/2024:

Art. 116. Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

[...]

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou

contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida ou por meio de regime de tarefa;

3. DO OBJETO:

3.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes - Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva e Terapia Ocupacional para atender a Casa do Ancião SEAS-CASA pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.

4. DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES:

DOS ITENS				
ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
1	621975	Blocos de Encaixe, em madeira; contendo 25 (vinte e cinco) peças em formatos diferentes; com base medindo aproximadamente 32x21x6,5cm; peças coloridas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
2	486428	Prancha de Encaixe, em madeira; tipo seleção geométrica; aproximadamente 16 peças. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
3	622090	Kit Jogo De Memória, Cubos de Memória - Carimbras Composto por aprox. 24 peças em madeira, cor branca com impressão de formas em diversas cores e modelos. Material: madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
4	627371	kit Jogo demência - contendo 4 (quatro) jogos de estimulação para idosos: 01 Jogo palavras cruzadas, 01 jogo quem sou eu. 01 Jogo das 4 operações matemática. 01 jogo quebra cabeça cores. Material em madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
5	622245	Desafio das Cores, contendo 1 tabuleiro e bastões. Material em madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
6	626824	Jogo da Velha, Composição: Jogo com tabuleiro fixo dentro da caixa em madeira fibrossintética impressa com Silk Screen, 08 pedras em duas cores confeccionado em MDF. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10

7	480956	Treino Cerebral - Contendo aproximadamente 504 (quinhentos e quatro) peças: Sendo 8 (oito) placas, com modelos para fazer as figuras, 01 placa com orifícios como gabarito, contas coloridos em plástico nas cores: vermelhas, brancas, verdes, marrons, azuis, amarelas e pretas. Material madeira e pinos em plástico. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
8	626278	Baralho Estimulo de Memória - contendo aproximadamente 100 (cem) cartas interativas; com acesso via QR CODE a sons, ilustrações e textos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
9	473100	Conjunto De Aramados - em base de madeira; arames galvanizados recoberto com tubo de PVC flexível; contendo: aramado triangular; aramado ondular; aramado montanha-russa; aramado espiral; aramado entrelaçado; aramado acrobático. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
10	622374	Caixa Tátil em Madeira MDF - com 12 (doze) peças. Material: MDF, Composta por uma caixa pintada com tinta atóxica com orifícios revestidos em EVA colorido, acompanha círculos de MDF e EVA com texturas diferentes (lixa, feltro, EVA e espuma). Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05
11	621558	Dominó ADIÇÃO em madeira MDF - Confeccionado em M.D.F. Quantidade aprox. : 28 peças - Caixa de madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	10
12	621560	Dominó SUBTRAÇÃO - em madeira MDF: Confeccionado em M.D.F; Quantidade aprox. : 28 peças - Caixa de madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	10
13	617941	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: leve. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05
14	617941	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: média. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	05

15	617941	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: forte. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05
16	617941	Power web, exercitador - cor: coloridos; Especificações: Tipo de item: Power Web; Material: Silicone; Tamanho: Aprox. 35,56 cm/14 polegadas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	08
17	480293	kit argolas funcionais coloridas - 40 cm de diâmetro: Tamanho do diâmetro: 40 cm; Material: PVC (Polipropileno); Quantidade: 12 unidade de argolas e os conectores. Garantia mínima de 12 (doze) meses	KIT	10
18	628050	Kit com 100 (cem) bolinhas de plástico para piscina de bolinhas - Especificações: Material: Plástico não tóxico e resistente; Diâmetro: Aproximadamente 7 cm por bolinha; Cores: Sortidas (azul, amarelo, vermelho, verde, entre outras); Quantidade: 100 (cem) unidades. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	KIT	10
19	480292	Jogo torre Inteligente em Madeira com estojo e pinos coloridos - Especificações: Material: confeccionado em madeira. Componentes: placas e cilindros de madeira pintados com tinta atóxica; Cores dos Cilindros: coloridos. Total de Peças: Aprox. 40 peças. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
20	481748	Jogo da memória em madeira com Pinos Coloridos - Especificações: Material: Madeira; Conteúdo: 01 tabuleiro, 01 dado e aprox. 24 pinos. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	10
21	480945	Cubo de encaixe/empilhar 5 peça -: Material: Madeira; Cores: coloridos, e uma peça de madeira crua. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
22	626982	Ábaco aberto com 5 hastes em madeira - representando unidade, dezena, centena e milhar: Material: Madeira; Quantidade: Aprox. 50 argolas coloridas. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	10
23	480293	Kit de argolas plásticas de brinquedo com aprox. 12 peças - Material: Plástico resistente; Tamanho: 12 cm; Cor: Variadas. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	10

24	627915	Pegador de objetos (Pinça): Especificações: Material do cabo: Metal; Material da ponta: Plástico; Tipo de pinça: polivalente. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	10
25	617650	Alinhavos em forma de animais - peças em madeira: Especificações: Material: madeira; Cor: multicolorido; Cordões: Colorido. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UNIDADE	10
26	617650	Alinhavos em forma geométricas em madeira peças - Especificações: Formas: quadrado, triângulo, círculo, retângulo, sextavado e trapézio isósceles; Cores: azul, amarelo, vermelho e verde; Acondicionado em caixa de madeira Cordões: Colorido. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
27	421480	Par de Pulseira com Peso de Pulso Unissex - com blocos de cargas removíveis, ajustável, silicone e cilindros de ferro, com fecho de aço. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	PAR	10
28	303999	Borda elevada para prato - Especificações: Material: moldado em plástico. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
29	468490	Pratos com bordas elevadas - Especificação: Plástico resistente. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
30	1220	Abotoadores de camisas - Especificações: Material: Aço inoxidável e madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
31	260276	Engrossadores de talheres para cabo de metal - não tóxico. Material: Borracha. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
32	397208	Colheres de sopa reta com cabo engrossado - Especificações: Comprimento: 16 cm; Material do cabo: plástico; Material da colher: aço inoxidável. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
33	486436	Plastificadora portátil A4, com cortador - Tipo de laminadora: Frio/quente; Voltagem: 127 V; Velocidade: 340 mm/min; Potência: 360 W; Largura Suportada: 3,3 cm; Com direção dupla. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	02

34	618507	Kit supermercado - com alimentos em feltro com fibra em silicone. Tamanho natural dos alimentos. Compartimento em caixas de plásticos para armazenamento e sacolas para transporte. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	02
35	480838	Quebra cabeça em M.D.F de alimentos para atividade de educação alimentar - Especificações: Confeccionado em M.D.F, com 30 peças que se encaixam entre si; Alimentos; 1 base de M.D.F. Com fundo em baixo relevo (para montar o quebra-cabeça). Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
36	601999	Kit réplicas de alimentos com prato educativo saudável para atividade de educação alimentar - Especificações: Produzido em material resistente; Produzido em diversos materiais como polietileno, poliuretano, silicone e plástico; Tamanho aproximado as dimensões de alimentos naturais; Total de aprox. 46 réplicas de alimentos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	02
37	617649	Pirâmide dos alimentos de espuma para atividade de educação alimentar - Especificações: Pirâmide com aprox. 30 alimentos em espuma de aproximadamente 1 cm de espessura da espuma; Pannel em formato de pirâmide em feltro. Alimentos diversos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

5.1. A definição dos quantitativos estipulados no objeto decorre de levantamento histórico dos anos anteriores e planejamento de substituições que venham a ocorrer considerando o desgaste dos móveis com o tempo de uso. As quantidades estimadas não implicam obrigatoriamente de contratação durante o prazo de vigência contratual, tendo em vista que o objeto será solicitado sob demanda, a partir das necessidades levantadas pela ILPI Casa do A ancião São Vicente de Paula. Considerou a necessidade de renovação do acervo patrimonial do mobiliário, substituindo itens cuja manutenção se tornou antieconômica, ou que tenham sofrido desgaste inevitável do tempo; além do extenso período sem aquisições.

5.2. Foi realizado a pesquisa de preço dos valores praticados no mercado via internet, conforme os ID (0060049678), podendo sofrer alterações nos valores conforme disponibilidade dos produtos, descontos e tempo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Blocos de Encaixe , em madeira; contendo 25 (vinte e cinco) peças em formatos diferentes; com base medindo aproximadamente 32x21x6,5cm; peças coloridas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
02	Prancha de Encaixe , em madeira; tipo seleção geométrica; aproximadamente 16 peças. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
03	Kit Jogo De Memória , Cubos de Memória - Carimbras Composto por aprox. 24 peças em madeira, cor branca com impressão de formas em diversas cores e modelos. Material: madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
04	kit Jogo demência - contendo 4 (quatro) jogos de estimulação para idosos: 01 Jogo palavras cruzadas, 01 jogo quem sou eu. 01 Jogo das 4 operações matemática. 01 jogo quebra cabeça cores. Material em madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
05	Desafio das Cores , contendo 1 tabuleiro e bastões. Material em madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
06	Jogo da Velha , Composição: Jogo com tabuleiro fixo dentro da caixa em madeira fibrossintética impressa com Silk Screen, 08 pedras em duas cores confeccionado em MDF. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
07	Treino Cerebral - Contendo aproximadamente 504 (quinhentos e quatro) peças: Sendo 8 (oito) placas, com modelos para fazer as figuras, 01 placa com orifícios como gabarito, contas coloridos em plástico nas cores: vermelhas, brancas, verdes, marrons, azuis, amarelas e pretas. Material madeira e pinos em plástico. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
08	Baralho Estimulo de Memória - contendo aproximadamente 100 (cem) cartas interativas; com acesso via QR CODE a sons, ilustrações e textos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
09	Conjunto De Aramados - em base de madeira; arames galvanizados recoberto com tubo de PVC flexível; contendo: aramado triangular; aramado ondular; aramado montanha-russa; aramado espiral; aramado entrelaçado; aramado acrobático. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
10	Caixa Tátil em Madeira MDF - com 12 (doze) peças. Material: MDF, Composta por uma caixa pintada com tinta atóxica com orifícios revestidos em EVA colorido, acompanha círculos de MDF e EVA com texturas diferentes (lixa, feltro, EVA e espuma). Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05
11	Dominó ADIÇÃO em madeira MDF - Confeccionado em M.D.F. Quantidade aprox. : 28 peças - Caixa de madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10

12	Dominó SUBTRAÇÃO - em madeira MDF: Confeccionado em M.D.F; Quantidade aprox. : 28 peças - Caixa de madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
13	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: leve. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05
14	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: média. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05
15	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: forte. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05
16	Power web, exercitador - cor: coloridos; Especificações: Tipo de item: Power Web; Material: Silicone; Tamanho: Aprox. 35,56 cm/14 polegadas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	08
17	kit argolas funcionais coloridas - 40 cm de diâmetro: Tamanho do diâmetro: 40 cm; Material: PVC (Polipropileno); Quantidade: 12 unidade de argolas e os conectores. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	KIT	10
18	Kit com 100 (cem) bolinhas de plástico para piscina de bolinhas - Especificações: Material: Plástico não tóxico e resistente; Diâmetro: Aproximadamente 7 cm por bolinha; Cores: Sortidas (azul, amarelo, vermelho, verde, entre outras); Quantidade: 100 (cem) unidades. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	KIT	10
19	Jogo torre Inteligente em Madeira com estojo e pinos coloridos - Especificações: Material: confeccionado em madeira. Componentes: placas e cilindros de madeira pintados com tinta atóxica; Cores dos Cilindros: coloridos. Total de Peças: Aprox. 40 peças. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
20	Jogo da memória em madeira com Pinos Coloridos - Especificações: Material: Madeira; Conteúdo: 01 tabuleiro, 01 dado e aprox. 24 pinos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
21	Cubo de encaixe/empilhar 5 peça -: Material: Madeira; Cores: coloridos, e uma peça de madeira crua. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
22	Ábaco aberto com 5 hastes em madeira - representando unidade, dezena, centena e milhar: Material: Madeira; Quantidade: Aprox. 50 argolas coloridas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
23	Kit de argolas plásticas de brinquedo com aprox. 12 peças - Material: Plástico resistente; Tamanho: 12 cm; Cor: Variadas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10

24	Pegador de objetos (Pinça): Especificações: Material do cabo: Metal; Material da ponta: Plástico; Tipo de pinça: polivalente. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
25	Alinhavos em forma de animais - peças em madeira: Especificações: Material: madeira; Cor: multicolorido; Cordões: Colorido. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
26	Alinhavos em forma geométricas em madeira peças - Especificações: Formas: quadrado, triângulo, círculo, retângulo, sextavado e trapézio isósceles; Cores: azul, amarelo, vermelho e verde; Acondicionado em caixa de madeira. Cordões: Colorido. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
27	Par de Pulseira com Peso de Pulso Unissex - com blocos de cargas removíveis, ajustável, silicone e cilindros de ferro, com fecho de aço. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	PAR	10
28	Borda elevada para prato - Especificações: Material: moldado em plástico. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
29	Pratos com bordas elevadas - Especificação: Plástico resistente. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
30	Abotoadores de camisas - Especificações: Material: Aço inoxidável e madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
31	Engrossadores de talheres para cabo de metal - não tóxico. Material: Borracha. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
32	Colheres de sopa reta com cabo engrossado - Especificações: Comprimento: 16 cm; Material do cabo: plástico; Material da colher: aço inoxidável. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10
33	Plastificadora portátil A4, com cortador - Tipo de laminadora: Frio/quente; Voltagem: 127 V; Velocidade: 340 mm/min; Potência: 360 W; Largura Suportada: 3,3 cm; Com direção dupla. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	02
34	Kit supermercado - com alimentos em feltro com fibra em silicone. Tamanho natural dos alimentos. Compartimento em caixas de plásticos para armazenamento e sacolas para transporte. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	02
35	Quebra cabeça em M.D.F de alimentos para atividade de educação alimentar - Especificações: Confeccionado em M.D.F, com 30 peças que se encaixam entre si; Alimentos; 1 base de M.D.F. Com fundo em baixo relevo (para montar o quebra-cabeça). Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10

36	Kit réplicas de alimentos com prato educativo saudável para atividade de educação alimentar - Especificações: Produzido em material resistente; Produzido em diversos materiais como polietileno, poliuretano, silicone e plástico; Tamanho aproximado as dimensões de alimentos naturais; Total de aprox. 46 réplicas de alimentos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	02
37	Pirâmide dos alimentos de espuma para atividade de educação alimentar - Especificações: Pirâmide com aprox. 30 alimentos em espuma de aproximadamente 1 cm de espessura da espuma; Pannel em formato de pirâmide em feltro. Alimentos diversos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05
TOTAL			319

5.3. MEMÓRIA DE CÁLCULO

5.3.1. A estimativa dos quantitativos para aquisição dos Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva e Terapia Ocupacional foi elaborada com base na capacidade instalada da unidade, no perfil dos usuários atendidos, na natureza coletiva e rotativa dos materiais e de idosos residentes, bem como na necessidade de reposição e formação de acervo mínimo institucional.

Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva e Terapia Ocupacional - CASA SEDE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Blocos de Encaixe , em madeira; contendo 25 (vinte e cinco) peças em formatos diferentes; com base medindo aproximadamente 32x21x6,5cm; peças coloridas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$74,90	R\$749,00
02	Prancha de Encaixe , em madeira; tipo seleção geométrica; aproximadamente 16 peças. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$39,00	R\$390,00
03	Kit Jogo De Memória , Cubos de Memória - Carimbras Composto por aprox. 24 peças em madeira, cor branca com impressão de formas em diversas cores e modelos. Material: madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$166,60	R\$1.666,00
04	kit Jogo demência - contendo 4 (quatro) jogos de estimulação para idosos: 01 Jogo palavras cruzadas, 01 jogo quem sou eu. 01 Jogo das 4 operações matemática. 01 jogo quebra cabeça cores. Material em madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$ 199,80	R\$1.998,00
05	Desafio das Cores , contendo 1 tabuleiro e bastões. Material em madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$239,90	R\$2.399,00
06	Jogo da Velha , Composição: Jogo com tabuleiro fixo dentro da caixa em madeira fibrossintética impressa com Silk Screen, 08 pedras em duas cores confeccionado em MDF. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$52,90	R\$529,00

07	Treino Cerebral - Contendo aproximadamente 504 (quinhentos e quatro) peças: Sendo 8 (oito) placas, com modelos para fazer as figuras, 01 placa com orifícios como gabarito, contas coloridos em plástico nas cores: vermelhas, brancas, verdes, marrons, azuis, amarelas e pretas. Material madeira e pinos em plástico. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$200,00	R\$2.000,00
08	Baralho Estimulo de Memória - contendo aproximadamente 100 (cem) cartas interativas; com acesso via QR CODE a sons, ilustrações e textos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$206,00	R\$2.060,00
09	Conjunto De Aramados - em base de madeira; arames galvanizados recoberto com tubo de PVC flexível; contendo: aramado triangular; aramado ondular; aramado montanha-russa; aramado espiral; aramado entrelaçado; aramado acrobático. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$298,25	R\$2.982,50
10	Caixa Tátil em Madeira MDF - com 12 (doze) peças. Material: MDF, Composta por uma caixa pintada com tinta atóxica com orifícios revestidos em EVA colorido, acompanha círculos de MDF e EVA com texturas diferentes (lixa, feltro, EVA e espuma). Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05	R\$70,89	R\$354,45
11	Dominó ADIÇÃO em madeira MDF - Confeccionado em M.D.F. Quantidade aprox. : 28 peças - Caixa de madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$20,37	R\$203,70
12	Dominó SUBTRAÇÃO - em madeira MDF: Confeccionado em M.D.F; Quantidade aprox. : 28 peças - Caixa de madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$20,37	R\$203,70
13	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: leve. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05	R\$52,90	R\$264,50
14	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: média. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05	R\$52,90	R\$264,50
15	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: forte. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05	R\$52,90	R\$264,50
16	Power web, exercitador - cor: coloridos; Especificações: Tipo de item: Power Web; Material: Silicone; Tamanho: Aprox. 35,56 cm/14 polegadas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	08	R\$201,43	R\$1.611,44
17	kit argolas funcionais coloridas - 40 cm de diâmetro: Tamanho do diâmetro: 40 cm; Material: PVC (Polipropileno); Quantidade: 12 unidade de argolas e os conectores. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	KIT	10	R\$99,90	R\$999,00
18	Kit com 100 (cem) bolinhas de plástico para piscina de bolinhas - Especificações: Material: Plástico não tóxico e resistente; Diâmetro: Aproximadamente 7 cm por bolinha; Cores: Sortidas (azul, amarelo, vermelho, verde, entre outras); Quantidade: 100 (cem) unidades. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	KIT	10	R\$72,00	R\$720,00

19	Jogo torre Inteligente em Madeira com estojo e pinos coloridos - Especificações: Material: confeccionado em madeira. Componentes: placas e cilindros de madeira pintados com tinta atóxica; Cores dos Cilindros: coloridos. Total de Peças: Aprox. 40 peças. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$29,89	R\$298,90
20	Jogo da memória em madeira com Pinos Coloridos - Especificações: Material: Madeira; Conteúdo: 01 tabuleiro, 01 dado e aprox. 24 pinos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$189,00	R\$1.890,00
21	Cubo de encaixe/empilhar 5 peça - : Material: Madeira; Cores: coloridos, e uma peça de madeira crua. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$44,90	R\$449,00
22	Ábaco aberto com 5 hastes em madeira - representando unidade, dezena, centena e milhar: Material: Madeira; Quantidade: Aprox. 50 argolas coloridas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$42,90	R\$429,00
23	Kit de argolas plásticas de brinquedo com aprox. 12 peças - Material: Plástico resistente; Tamanho: 12 cm; Cor: Variadas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$20,50	R\$205,00
24	Pegador de objetos (Pinça) : Especificações: Material do cabo: Metal; Material da ponta: Plástico; Tipo de pinça: polivalente. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$28,41	R\$284,10
25	Alinhavos em forma de animais - peças em madeira : Especificações: Material: madeira; Cor: multicolorido; Cordões: Colorido. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$38,90	R\$389,00
26	Alinhavos em forma geométricas em madeira peças - Especificações: Formas: quadrado, triângulo, círculo, retângulo, sextavado e trapézio isósceles; Cores: azul, amarelo, vermelho e verde; Acondicionado em caixa de madeira. Cordões: Colorido. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$64,90	R\$649,00
27	Par de Pulseira com Peso de Pulso Unissex - com blocos de cargas removíveis, ajustável, silicone e cilindros de ferro, com fecho de aço. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	PAR	10	R\$222,53	R\$2.225,30
28	Borda elevada para prato - Especificações: Material: moldado em plástico. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$98,00	R\$980,00
29	Pratos com bordas elevadas - Especificação: Plástico resistente. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$99,00	R\$990,00
30	Abotoadores de camisas - Especificações: Material: Aço inoxidável e madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$8,62	R\$86,20
31	Engrossadores de talheres para cabo de metal - não tóxico. Material: Borracha. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$23,90	R\$239,00
32	Colheres de sopa reta com cabo engrossado - Especificações: Comprimento: 16 cm; Material do cabo: plástico; Material da colher: aço inoxidável. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$95,00	R\$950,00

33	Plastificadora portátil A4, com cortador - Tipo de laminadora: Frio/quente; Voltagem: 127 V; Velocidade: 340 mm/min; Potência: 360 W; Largura Suportada: 3,3 cm; Com direção dupla. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	02	R\$ 410,97	R\$821,94
34	Kit supermercado - com alimentos em feltro com fibra em silicone. Tamanho natural dos alimentos. Compartimento em caixas de plásticos para armazenamento e sacolas para transporte. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	02	R\$1.890,00	R\$3.780,00
35	Quebra cabeça em M.D.F de alimentos para atividade de educação alimentar - Especificações: Confeccionado em M.D.F, com 30 peças que se encaixam entre si; Alimentos; 1 base de M.D.F. Com fundo em baixo relevo (para montar o quebra-cabeça). Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	10	R\$58,00	R\$580,00
36	Kit réplicas de alimentos com prato educativo saudável para atividade de educação alimentar - Especificações: Produzido em material resistente; Produzido em diversos materiais como polietileno, poliuretano, silicone e plástico; Tamanho aproximado as dimensões de alimentos naturais; Total de aprox. 46 réplicas de alimentos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	02	R\$1.750,00	R\$3.500,00
37	Pirâmide dos alimentos de espuma para atividade de educação alimentar - Especificações: Pirâmide com aprox. 30 alimentos em espuma de aproximadamente 1 cm de espessura da espuma; Pannel em formato de pirâmide em feltro. Alimentos diversos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UNIDADE	05	R\$390,00	R\$1.950,00
TOTAL			319	R\$ 7.626,43	R\$ 40.355,73

5.3.2. Atualmente, a ILPI possui 28 idosos institucionalizados, com capacidade de atendimento de até 30 residentes, conforme realidade da unidade. O Termo de Referência também registra que a instituição oferta atendimento ao quantitativo de 30 idosos institucionalizados, além de consignar que 48% dos residentes apresentam déficit cognitivo por demência senil ou patologia correlata, circunstância que reforça a necessidade de materiais específicos para estimulação cognitiva e terapia ocupacional.

5.3.3. A metodologia adotada considerou os seguintes parâmetros:

a) Capacidade máxima de atendimento da unidade:

Foi adotado como referência o quantitativo de até 30 idosos, por representar a capacidade plena de ocupação da instituição, sendo inadequado limitar o planejamento à lotação momentânea de 28 residentes, já que o número de usuários é variável.

b) Uso compartilhado dos materiais:

Os itens não são de uso exclusivamente individual, mas empregados de forma compartilhada, em atendimentos individuais e coletivos, organizados por grupos terapêuticos, oficinas, estimulação cognitiva, coordenação motora, atividades sensoriais e treino de AVDs.

c) Fracionamento por grupos de atendimento:

Para os itens de uso mais recorrente, adotou-se, como regra geral, o quantitativo de 10 unidades, número entendido como suficiente para:

I) utilização simultânea em pequenos grupos;

- II) rodízio entre atividades e turnos;
- III) substituição pontual em caso de desgaste;
- IV) manutenção de acervo mínimo funcional.
- V) Natureza específica de alguns materiais:

Determinados itens tiveram quantitativos inferiores, em razão de sua natureza técnica, uso não simultâneo, maior durabilidade ou utilização por profissional durante atendimentos dirigidos, razão pela qual foram estimados em 2, 5 ou 8 unidades, conforme a finalidade do material .

5.4. CRITÉRIOS OBJETIVOS ADOTADOS

Faixa de quantitativo	Critério de definição
10 unidades	Itens de uso coletivo, frequente, passíveis de utilização em grupos terapêuticos, oficinas e atendimentos rotativos
5 unidades	Itens de uso dirigido, com menor necessidade de simultaneidade, porém com demanda contínua
8 unidades	Itens intermediários, com uso compartilhado, mas em menor escala que os materiais grupais
2 unidades	Itens de apoio técnico, demonstração, suporte operacional ou atividades específicas, sem necessidade de grande simultaneidade

5.5. DEMONSTRAÇÃO DA CORRELAÇÃO ENTRE QUANTITATIVO E NÚMERO DE USUÁRIOS

5.5.1. Considerando a capacidade de até 30 idosos, a lógica de dimensionamento observou a proporcionalidade entre a população atendida e a forma de utilização dos materiais, nos seguintes termos:

1. Itens estimados em 10 unidades
Foram fixados, em regra, para permitir atendimento simultâneo aproximado de 1 item para cada 3 residentes, o que se mostra adequado para atividades em pequenos grupos, revezamento e uso institucional continuado. Essa foi a quantidade adotada para a maior parte dos materiais lúdicos, cognitivos e de terapia ocupacional .
2. Itens estimados em 5 unidades
Foram previstos para materiais de uso mais específico, em que não há necessidade de disponibilização ampla e simultânea para todos os residentes, mas apenas para parte do público-alvo em sessões dirigidas.
3. Itens estimados em 2 unidades
Foram reservados a bens de apoio, materiais educativos específicos ou equipamentos auxiliares, cujo uso se dá de forma pontual, mediada pelo profissional, sem necessidade de multiplicação em grande escala.
4. Itens estimados em 8 unidades
Foram fixados em quantitativo intermediário para atender materiais compartilhados com demanda relevante, porém inferior à dos itens grupais principais.

5.6. MEMÓRIA DE CÁLCULO SINTÉTICA POR GRUPO DE ITENS

1. Itens estimados em 10 unidades

Adotou-se o quantitativo de 10 unidades para os itens de uso coletivo e recorrente,

destinados a atividades cognitivas, motoras, sensoriais e ocupacionais, tais como jogos, blocos, pranchas, dominós, baralhos, torres, ábacos, alinhavos, utensílios adaptados e materiais correlatos.

Critério: atendimento em pequenos grupos, rodízio entre usuários, formação de acervo mínimo e reposição operacional.

Correlação com usuários: 10 unidades para universo variável de até 30 idosos = proporção média de 1 unidade para cada 3 residentes.

2. Itens estimados em 5 unidades

Adotou-se o quantitativo de 5 unidades para materiais cuja utilização ocorre de forma mais dirigida, individualizada ou com menor simultaneidade, como caixa tátil, exercitadores de mão em determinadas tensões e pirâmide alimentar.

Critério: uso técnico direcionado, maior durabilidade e menor necessidade de distribuição ampla.

3. Itens estimados em 8 unidades

Adotou-se o quantitativo de 8 unidades para item de uso compartilhado relevante, mas sem demanda equivalente aos materiais grupais mais universais.

Critério: atendimento parcial e escalonado do público, com revezamento entre sessões.

4. Itens estimados em 2 unidades

Adotou-se o quantitativo de 2 unidades para materiais de apoio técnico e educativo específico, como plastificadora portátil, kit supermercado e kit réplicas de alimentos.

Critério: utilização mediada por profissional, baixa necessidade de uso simultâneo e maior vida útil.

5.7. CONCLUSÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO

5.7.1. Dessa forma, os quantitativos estimados guardam compatibilidade com:

- a) a capacidade institucional de até 30 idosos;
- b) a lotação atual de 28 residentes;
- c) o perfil clínico e cognitivo do público atendido;
- d) a natureza coletiva e rotativa dos materiais;
- e) a necessidade de formação de acervo mínimo;
- f) e a demanda futura e variável da unidade.

5.7.2. Assim, a estimativa não foi fixada de forma aleatória, mas sim a partir de critério técnico de proporcionalidade, funcionalidade, durabilidade e adequação ao atendimento institucional, em consonância com o quantitativo constante no Termo de Referência, que totaliza 319 unidades distribuídas em 37 itens, considerando ainda, a não identificação concreta de quantitativo, visto a capacidade de lotação da instituição e quantitativo variável de idosos institucionalizados.

6. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Cumpre esclarecer que a presente contratação se enquadra plenamente na hipótese de demanda futura, incerta e parcelada, justificando a adoção do referido sistema.

6.2. Inicialmente, destaca-se que os quantitativos constantes no presente estudo não representam obrigação de aquisição imediata da totalidade dos itens, mas sim uma estimativa máxima de consumo ao longo da vigência da ata, a qual será executada conforme a necessidade da Administração.

6.3. A natureza do objeto, materiais de terapia lúdica cognitiva e terapia ocupacional, evidencia que sua utilização ocorre de forma contínua, porém não uniforme, estando diretamente relacionada a fatores variáveis, tais como:

a) rotatividade e variação no número de idosos institucionalizados (atualmente 28, com capacidade para até 30);

b) evolução clínica e cognitiva dos residentes, que impacta a demanda por determinados materiais;

c) desgaste natural dos itens em decorrência do uso contínuo;

d) necessidade de reposição gradual e substituição de materiais;

e) planejamento de ampliação e qualificação das atividades terapêuticas.

6.4. Ademais, conforme previsto no Termo de Referência, o fornecimento será realizado sob demanda, mediante emissão de ordens de fornecimento, não havendo obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados .

6.5. Importante ressaltar, ainda, que há limitação de espaço físico para armazenamento, o que inviabiliza a aquisição integral e imediata dos bens, reforçando a necessidade de aquisições parceladas ao longo do tempo.

6.6. Nesse contexto, verifica-se que:

a) os quantitativos estimados representam uma projeção de consumo ao longo da vigência contratual, e não uma contratação única;

b) há incerteza quanto ao momento e à quantidade exata de utilização de cada item;

c) a demanda é variável, progressiva e dependente de fatores operacionais e assistenciais.

6.7. Diante disso, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se mais adequada que a realização de procedimento licitatório convencional, pois:

a) permite maior flexibilidade na gestão da demanda;

b) evita aquisição excessiva e risco de ociosidade ou deterioração dos materiais;

c) possibilita entregas parceladas conforme a necessidade real da unidade;

d) promove maior eficiência, economicidade e racionalização do gasto público.

6.8.

6.9. Assim, conclui-se que os quantitativos estimados refletem, de forma adequada, uma demanda futura e parcelada, estando plenamente compatíveis com a lógica do Sistema de Registro de Preços, afastando a necessidade de adoção de contratação única por meio de procedimento licitatório convencional.

7. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

7.1. A Instituição de Longa Permanência Para Pessoas Idosas São Vicente de Paula é uma instituição governamental do Estado de Rondônia, vinculada à Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS, fundada desde 25 de Abril de 1975 completou 50 anos de funcionamento em 2025, atuando na assistência à pessoa idosa (com idade superior a 60 anos) que encontra-se em situação de vulnerabilidade/risco social, que não possui familiares ou que teve seu vínculo familiar rompido, necessitando, assim, ser assegurado seu bem estar físico e social conforme rege o Estatuto da Pessoa Idosa, oferecendo um serviço ao quantitativo de 30 (trinta) idosos institucionalizados conforme indica o Cadastro do Sistema Único de Assistência Social - CadSuas, com diversos graus de dependência e patologias que necessitam de cuidados para as atividades de vida diária.

7.2. A ILPI oferece cuidado integral à saúde de idosos em situação de dependência, necessitando de um ambiente seguro e adequado para garantir seu bem-estar.

7.3. A Coordenadoria desta Instituição, conta com uma equipe multidisciplinar que atende para garantia de uma velhice mais digna, destes, 48% apresenta déficit cognitivo por demência senil ou secundário a alguma patologia.

7.4. Em cumprimento a oferta de segurança e a dignidade do público de pessoas idosas

institucionalizadas, os quais necessitam de assistência protetiva e efetiva aos princípios e direitos fundamentais, que requerem cuidados especializados sendo indivíduos prioritários. Nesta perspectiva, as aquisições destinadas à Instituição tem o objetivo de contribuir para a qualidade do serviço assistencial oferecido, bem como, a garantia de cuidados relacionados ao bem estar social e de saúde da pessoa idosa.

7.5. A necessidade da aquisição de material permanente para Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) é para garantir a segurança, o conforto e a funcionalidade do ambiente. Eles se referem a bens duráveis, fixos e que não se desgastam rapidamente com o uso. Uma infraestrutura bem equipada e com materiais adequados é um pilar fundamental para oferecer um cuidado de excelência na longa permanência. A aquisição de material permanente adequado permite que a ILPI pública esteja em conformidade com as normas sanitárias, de segurança e de acessibilidade estabelecidas pelos órgãos reguladores (como a ANVISA), evitando sanções e garantindo a legalidade do funcionamento.

7.6. Materiais permanentes de boa qualidade tendem a ter uma vida útil mais longa, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e os custos de manutenção a longo prazo. Equipamentos adequados, otimizam o trabalho dos funcionários, tornando as rotinas mais eficientes e liberando tempo para o cuidado direto aos residentes o ambiente se torna mais seguro e confortável, com equipamentos que auxiliam na mobilidade e higiene, pode contribuir para a redução de problemas de saúde relacionados a quedas, acidentes e falta de higiene, diminuindo os custos com atendimento médico e hospitalizações, ou seja, Investir em uma ILPI bem equipada demonstra o compromisso do poder público com o cuidado da população idosa, fortalecendo a imagem da instituição e da gestão pública.

8. JUSTIFICATIVA

8.1. No âmbito público, a aquisição de Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva e Terapia Ocupacional para Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) é de suma importância, pois, estimula as funções cognitivas (memória, atenção, raciocínio), reduzir o isolamento social, aliviar sintomas de depressão e ansiedade, e promover o bem-estar emocional dos idosos. A terapia ocupacional, por meio de atividades significativas e adaptadas, auxilia os idosos a manterem e/ou recuperarem habilidades para as atividades da vida diária (AVDs), como vestir-se, alimentar-se e higiene pessoal, promovendo a autonomia e a independência dentro da ILPI. A intervenção precoce com materiais de terapia lúdica cognitiva e TO pode ajudar a retardar o declínio cognitivo associado ao envelhecimento e a condições como demências, além de prevenir a perda de funcionalidade física, mantendo os idosos mais ativos e engajados.

8.2. Ao promover o bem-estar emocional e cognitivo por meio de abordagens terapêuticas não farmacológicas, a terapia lúdica e a TO podem contribuir para a redução da necessidade de uso excessivo de medicamentos psicotrópicos na ILPI Casa do Ancião, com seus potenciais efeitos colaterais. utilização de materiais lúdicos e terapêuticos torna o ambiente da ILPI mais acolhedor, estimulante e humanizado, promovendo a interação social, a expressão de sentimentos e a melhora da qualidade de vida dos residentes. As diretrizes nacionais e internacionais de atenção à saúde do idoso enfatizam a importância de abordagens multidisciplinares que incluam a estimulação cognitiva, a terapia ocupacional e atividades lúdicas para promover o envelhecimento saudável e a qualidade de vida. Investir nesses materiais em Porto Velho está em consonância com essas diretrizes.

8.3. No âmbito institucional a aquisição de Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva e Terapia Ocupacional permite que a equipe da ILPI (terapeutas ocupacionais, psicólogos, cuidadores, etc.) ofereça um cuidado mais abrangente e especializado, atendendo às necessidades cognitivas, emocionais e funcionais dos residentes, uma variedade de materiais terapêuticos possibilita a adaptação das atividades às necessidades, interesses e capacidades individuais de cada idoso, promovendo um cuidado mais personalizado e eficaz dentro da ILPI. Materiais lúdicos e atividades terapêuticas engajadoras podem aumentar a participação dos residentes nas atividades da ILPI, reduzindo o isolamento, a apatia e o tédio, e promovendo um senso de propósito e bem-estar. Os materiais de terapia ocupacional e lúdica cognitiva também podem ser utilizados como ferramentas para avaliar o nível cognitivo e funcional dos idosos, monitorar sua evolução e ajustar as intervenções terapêuticas conforme necessário dentro da ILPI.

8.4. Uma ILPI que investe em recursos terapêuticos demonstra seu compromisso com o cuidado integral e a qualidade de vida dos residentes, o que pode melhorar sua reputação perante familiares, a comunidade e órgãos fiscalizadores em Porto Velho. A disponibilidade de materiais terapêuticos

adequados facilita o trabalho da equipe multidisciplinar, proporcionando mais recursos para suas intervenções e contribuindo para um ambiente de trabalho mais dinâmico e gratificante na ILPI.

8.5. Em suma, a aquisição de Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva e Terapia Ocupacional para ILPIs em Porto Velho e em todo o estado de Rondônia é uma necessidade fundamental para promover a saúde mental, cognitiva e funcional dos idosos residentes. Essa iniciativa representa um investimento essencial na qualidade de vida, na autonomia e no bem-estar integral dessa população vulnerável.

8.5.1. **Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva**

8.5.1.1. Conforme a Organização Mundial de Saúde, o termo "Envelhecimento Ativo" é considerado um *processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas*, dentre as perspectivas apontadas para a promoção de um envelhecimento ativo e saudável cabe as instituições que atuam com este público atentar-se a dimensão cognitiva, mediante a implementação de estratégias de intervenção que promovam uma cognição ajustada, ou mesmo otimizada, face ao déficit progressivo da função cognitiva esperada biologicamente pela idade, através do processo de envelhecimento normal e/ou patológico, sendo assim, algumas capacidades cognitivas diminuem. Entretanto, essas perdas podem ser compensadas, através de atividades que estimulem habilidades cognitivas. Desta forma, a aquisição de materiais para terapia cognitiva e lúdica aos idosos institucionalizados faz-se necessária para amenizar os impactos na vida cotidiana causados pelos declínios/comprometimentos cognitivos causados por sequelas patológicas, bem como proporcionar prevenção e manutenção do desempenho cognitivo. Proporcionando, ainda, promoção de autonomia, participação coletiva e bem-estar social.

8.5.2. **Materiais de Terapia Ocupacional**

8.5.2.1. Considerando as atividades de Terapia Ocupacional desenvolvidas na ILPI, os materiais de terapia ocupacional são importantes porque facilitam a realização das atividades, promovendo a independência e a qualidade de vida.

I - Os materiais adaptados ajudam o idoso reaprender a se alimentar sozinho, como colheres, copos e pratos adaptados.

II - Adaptações de brinquedos e de equipamentos podem ajudar o idoso a desempenhar melhor suas atividades.

III - Adaptações no ambiente doméstico podem facilitar a vida cotidiana dos cuidadores.

8.6. Diante disto, foi realizado o levantamento dos materiais pelo Terapeuta Ocupacional desta ILPI, conforme Informação ID 0058511454, constante no processo SEI nº 0026.001822/2025-86.

9. **CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS:**

9.1. Conforme a Lei Federal ° 14.133/21, em seu art. 6º, inciso XIII, considera-se bens e serviços comuns "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado".

9.2. Somado a isso, no Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 65, define:

*Art. 65. Para contratação de **bens e serviços de natureza comum** será utilizada **obrigatoriamente a modalidade licitatória pregão**, em sua via eletrônica.*

§ 1º Compete à Pasta requisitante a definição da modalidade licitatória, devendo ser devidamente atestado nos autos por parte do setor técnico que os bens ou serviços são comuns, bem como a elaboração de justificativa no caso da utilização de modalidade diversa da prevista no caput.

§ 2º Para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia será utilizada obrigatoriamente a modalidade licitatória concorrência, em sua via eletrônica.

9.3. Nessa conjuntura, o serviço requisitado presente neste Termo de Referência é considerado como **bem comum**, sendo sua modalidade licitatória o **PREGÃO**, segundo os fundamentos acima.

10. **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

10.1. A aquisição do material permanente - Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva e Terapia Ocupacional é a solução mais viável.

10.2. Dessa forma, a escolha da modalidade de Pregão eletrônico para aquisição de Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva e Terapia Ocupacional para atender as necessidades da ILPI Casa do Ancião São Vicente de Paula é VIÁVEL face as justificativas já apresentadas. O material a ser adquirido enquadra-se como bem comum por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico.

10.3. É imperativo reconhecer que as aquisições e as contratações a serem realizadas possuem um impacto direto na qualidade dos serviços prestados à população. A escolha pelo sistema de registro de preços, conforme estabelecido no Art. 82 da Lei nº 14.133/2021, é justificada pela exibibilidade e ciência na gestão de compras que este sistema oferece. Permite ajustar as aquisições à demanda real e variável das secretarias, promovendo o uso e ciente dos recursos públicos e evitando desperdícios. Além disso, a expectativa de economia de escala, pela negociação centralizada, promove a obtenção de preços mais competitivos e condições comerciais mais favoráveis. Assim, a aquisição mostra-se viável na modalidade de compra por Pregão eletrônico e julgamento por Menor Preço.

11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

11.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de **Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva e Terapia Ocupacional**, destinados ao atendimento dos residentes da ILPI Casa do Ancião, com foco na promoção de estímulos cognitivos, sensoriais, motores e psicossociais, contribuindo para o envelhecimento saudável, funcional e com qualidade de vida.

11.2. A seguir, são apresentados os requisitos da contratação, classificados em funcionais, não funcionais, padrões de mercado e normativos.

11.3. Requisitos Funcionais

11.3.1. São aqueles que descrevem **o que os materiais adquiridos devem fazer** ou proporcionar:

11.3.2. Os materiais devem atender aos objetivos terapêuticos de estimulação cognitiva, motora e sensorial, conforme plano terapêutico individualizado da equipe multidisciplinar.

11.3.3. Devem ser apropriados para o uso por pessoas idosas, com diferentes graus de mobilidade, cognição e coordenação motora.

11.3.4. Os itens devem permitir a realização de atividades lúdicas, interativas e que estimulem funções executivas, memória, raciocínio lógico, coordenação olho-mão e habilidades motoras finas e grossas.

11.3.5. Os materiais devem ter aplicabilidade prática nas rotinas de reabilitação e ocupação terapêutica, sendo compatíveis com o ambiente da ILPI e o perfil dos usuários.

11.3.6. Os produtos devem ser seguros, com bordas arredondadas, materiais atóxicos e de fácil manuseio pelos idosos.

11.4. Requisitos Não Funcionais

11.4.1. Referem-se às **características de qualidade, desempenho e usabilidade dos materiais**:

11.4.2. Os materiais devem ser duráveis, resistentes ao uso contínuo, e de fácil higienização, considerando o ambiente institucional e o perfil do público atendido.

11.4.3. Devem apresentar boa ergonomia e acessibilidade, adaptando-se às limitações físicas e cognitivas dos idosos.

11.4.4. Os itens devem possuir boa apresentação estética, com cores, texturas e formatos atrativos para o público da terceira idade.

11.4.5. Os produtos devem estar prontos para uso, não exigindo montagem complexa ou instalação técnica especializada.

11.4.6. Devem possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.

11.5. **Padrões de Mercado**

11.5.1. Os materiais devem ser novos, de primeiro uso, e com fabricação nacional ou internacional reconhecida no mercado de reabilitação e terapia ocupacional.

11.5.2. Devem ter ampla oferta no mercado, possibilitando a cotação comparativa de preços e qualidade.

11.5.3. É desejável que os itens estejam disponíveis em catálogos especializados ou sejam comercializados por fornecedores que atuam regularmente no segmento de saúde, educação especial, psicomotricidade ou terapia ocupacional.

11.6. **Requisitos Normativos**

11.6.1. Os produtos devem atender às **normas técnicas da ABNT**, em especial aquelas que tratam da segurança de brinquedos (ex: **NBR NM 300**) e materiais terapêuticos.

11.6.2. Quando aplicável, os produtos devem possuir **registro ou isenção junto à ANVISA e/ou INMETRO**, especialmente no caso de dispositivos terapêuticos.

11.6.3. Os materiais devem observar os princípios de acessibilidade definidos pela **Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência**.

11.6.4. Os fornecedores devem garantir a rastreabilidade e a origem legal dos produtos comercializados, em conformidade com a legislação vigente.

12. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

12.1. A presente contratação tem como finalidade promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI Casa do A ancião São Vicente de Paula, mediante a disponibilização de materiais adequados para terapia lúdica cognitiva e terapia ocupacional, contribuindo diretamente para o bem-estar integral dos residentes.

12.2. Espera-se, com a implementação da solução, a ampliação dos estímulos cognitivos, sensoriais e motores dos idosos, favorecendo a manutenção das capacidades funcionais, a promoção da autonomia nas atividades de vida diária e a redução de quadros de isolamento social, apatia e comprometimentos emocionais. A disponibilização de materiais específicos permitirá maior engajamento dos residentes nas atividades terapêuticas, tornando o ambiente institucional mais dinâmico, acolhedor e humanizado.

12.3. A contratação também visa fortalecer a atuação da equipe multidisciplinar, possibilitando a realização de intervenções mais qualificadas, individualizadas e em grupo, conforme as necessidades dos usuários, bem como aprimorar os processos de avaliação e acompanhamento do desempenho cognitivo e funcional dos residentes.

12.4. No âmbito da gestão, pretende-se alcançar maior eficiência na execução das atividades assistenciais, com otimização das rotinas de trabalho, melhor organização dos atendimentos e ampliação da capacidade operacional da unidade, reduzindo limitações decorrentes da ausência ou insuficiência de materiais adequados.

12.5. Adicionalmente, a aquisição contribuirá para a conformidade com as diretrizes de cuidado integral à pessoa idosa e com as normas aplicáveis às Instituições de Longa Permanência, assegurando condições adequadas de atendimento, segurança e qualidade dos serviços ofertados.

12.6. Por fim, sob a perspectiva da gestão pública, a contratação permitirá a utilização racional dos recursos, com aquisição de materiais duráveis e adequados à demanda institucional, associada à possibilidade de fornecimento parcelado, evitando desperdícios e garantindo maior economicidade e eficiência administrativa.

13. **DA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

13.1. **Do Local de Entrega:**

13.1.1. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria de Estado da Mulher, da

Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social, localizado Rua Antônio Lacerda, nº 4162, Bairro Industrial, em Porto Velho - RO - CEP: 76821-038, no período de Segunda a Sexta-Feira, no horário compreendido entre 07h30m e 13h, mediante prévio agendamento junto à GAP/SEAS, através do telefone (69) 99987-2474.

13.1.2. As entregas sem agendamento somente serão aceitas, excepcionalmente, desde que não prejudique os demais recebimentos agendados, a critério do GAP/SEAS.

13.1.3. Fica a Contratada ciente de que qualquer ônus decorrente da entrega dos materiais, inclusive frete, e movimentação dos materiais até as dependências do Almoxarifado é de inteira responsabilidade da Contratada e/ou da transportadora.

13.2. **Da Forma de Entrega:**

13.2.1. A entrega será conforme as quantidades solicitadas nas Ordem de Fornecimentos, Notas de Empenho ou outro documento equivalente.

13.3. **Do Prazo de Entrega:**

13.3.1. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento, podendo ser dilatado em casos excepcionais, mediante apresentação de justificativa, com concordância da Administração.

13.3.2. As eventuais solicitações de dilação de prazo de entrega do objeto, deverão ser realizadas dentro do prazo da entrega.

13.3.3. As eventuais solicitações encaminhadas à esta SEAS fora do prazo descrito neste termo correrão o risco da perda do direito de análise.

13.3.4. As solicitações de dilação de prazo de entrega dos materiais, deverão ser encaminhadas através do e-mail: **dafcontratos2019@gmail.com**.

14. **DO CONTRATO:**

14.1. **Do instrumento contratual:**

14.1.1. Poderá ser formalizado Contrato Administrativo, que estabelecerá, em cláusulas, as condições e responsabilidades entre as partes, para fornecimento do serviço, em conformidade com este instrumento e com a proposta da empresa, sob o crivo da Procuradoria Geral do Estado – PGE-RO.

14.1.2. A vigência do instrumento contratual, oriundo do presente Termo de Referência, será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração.

14.1.3. O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da disponibilização do documento, podendo ser prorrogado a critério da Administração. .

14.1.4. É obrigação da CONTRATADA manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, além de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.2. **Do reequilíbrio contratual:**

14.2.1. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público.

14.2.2. O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

14.2.3. A Administração se manifestará sobre os pedidos formais de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 30 (trinta) dias úteis.

14.3. **Do reajuste:**

14.3.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado da contratação.

14.3.2. O reajuste a que se refere este tópico irá ocorrer em conformidade ao estabelecido no Decreto Estadual nº 28.874/2024.

14.3.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA.

14.3.4. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços, sempre que este ocorrer.

14.3.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.3.7. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

14.3.8. Os pedidos de reajustamento de preços deverão ser instruídos com requerimento expresso do contratado.

14.3.9. O reajuste que o contratado fizer jus e que não for solicitado durante a vigência do contrato será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise.

14.3.10. **Da revisão:**

14.3.10.1. Em observância ao disposto no inciso XI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá se manifestar sobre os pedidos formais de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contado do recebimento formal do pedido devidamente instruído pelo contratado, podendo esse prazo ser prorrogado, de forma motivada, por igual período, quando a complexidade da análise assim o exigido.

14.3.10.2. A revisão contratual (revisão de preços ou recomposição) é cabível diante de fatos supervenientes à formulação da proposta e externos à relação econômica contratual, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área extraordinária e extracontratual, podendo se dar tanto a favor do contratado quanto à Administração contratante, conforme art. 163 do Decreto Estadual 28.874/2024.

14.3.10.3. Conforme o art. 164 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o pedido do contratado deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) Planilha de custos demonstrando a proposta inicial do contrato, quando este já não constar do processo licitatório; e
- b) Planilha de custos demonstrando a proposta atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

14.4. **Da Extinção contratual:**

14.4.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante processo administrativo devidamente motivado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 14.4.2. Constituem motivos para extinção contratual, dentre outros legalmente previstos:
- a) O descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - b) O cumprimento irregular do objeto;
 - c) A alteração social da contratada que comprometa a execução contratual;
 - d) A decretação de falência ou dissolução da empresa;
 - e) Razões de interesse público devidamente justificadas pela Administração; e
 - f) O não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei.
- 14.4.3. A contratada terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- a) Nos casos de supressão do objeto além dos limites legais;
 - b) Suspensão da execução por ordem da Administração por prazo superior a 3 (três) meses;
 - c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis;
 - d) Atraso superior a 2 (dois) meses nos pagamentos devidos pela Administração; e
 - e) Não liberação, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto necessário à execução contratual.
- 14.4.4. As hipóteses de extinção contratual em favor da contratada, previstas nas alíneas “b”, “c” e “d”, não serão admitidas nos casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato imputável à própria contratada, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído.
- 14.4.5. A extinção do contrato poderá ocorrer de forma unilateral pela Administração, consensualmente entre as partes ou por decisão arbitral ou judicial, na forma da legislação aplicável.
- 14.4.6. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a contratada fará jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

15. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

15.1. A presente licitação correrá mediante sistema de registro de preços.

15.2. Da opção pelo sistema de registro de preços:

15.2.1. Justifica-se a utilização do sistema de registro de preços por demonstrar ser mais conveniente a aquisição parcelada dos itens, tanto por não haver disponibilidade de espaço físico para armazenamento total dos bens, quanto pela natureza da necessidade, que prevê entregas eventuais e futuras.

15.2.2. A utilização do SRP para o objeto em questão está pautada no art. 116, II, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, *in verbis*:

Art. 116. Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

[...]

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida ou por meio de regime de tarefa;

15.3. Da Ata de Registro de Preços:

15.3.1. O órgão gerenciador da ata será a Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL.

15.3.2. O único órgão participante da ata é a Secretaria de Estado de Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS.

15.3.3. A ata terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual

período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

15.3.4. Na ocasião da prorrogação da ata de registro de preços os quantitativos serão renovados em sua totalidade.

15.3.5. Serão consultados, previamente, os fornecedores detentores da ata de registro de preços.

15.3.6. A eventual prorrogação e a renovação dos quantitativos registrados visa assegurar a continuidade do atendimento das demandas administrativas, evitando descontinuidade na prestação dos serviços ou no fornecimento de bens, resguardando o interesse público e promovendo a eficiência, a economicidade e o planejamento das contratações, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021.

15.4. Da utilização da Ata:

15.4.1. A Ata de Registro de Preços durante a sua vigência, desde que comprovado ser mais vantajosa, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

15.4.1.1. Justifica-se a possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes em razão da potencial existência de demandas semelhantes no âmbito da Administração Pública, possibilitando o aproveitamento da contratação já processada, com observância aos princípios da eficiência, economicidade, padronização e racionalização administrativa.

15.4.1.2. A medida visa evitar a realização de múltiplos procedimentos licitatórios para objetos idênticos ou similares, promovendo maior celeridade nas contratações públicas e otimização dos recursos administrativos empregados na condução dos certames.

15.4.2. Caberá ao fornecedor, beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

15.4.3. Caberá ao órgão que se utiliza da ata, verificar a vantagem econômica a este Registro de Preços.

15.4.4. A autorização da adesão caberá à SUPEL, órgão gerenciador da ata.

15.4.5. O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de 50% do quantitativo registrado na ata.

15.4.6. O quantitativo total decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços.

15.5. Da intenção de Registro de Preços - IRP:

15.5.1. A não divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP encontra amparo no art. 117, § 2º, inciso I, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, considerando que a natureza do objeto está diretamente relacionada às necessidades específicas desta Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS.

15.5.2. A presente contratação contempla materiais de caráter lúdico, pedagógico, terapêutico e de estimulação, destinados ao atendimento de demandas institucionais próprias das unidades vinculadas à política pública de assistência social desenvolvida pela SEAS, especialmente em ações voltadas ao acolhimento, desenvolvimento infantil, atendimento psicossocial e atividades socioassistenciais executadas no âmbito da Secretaria.

15.5.3. Os quantitativos estimados foram definidos com base na realidade operacional das unidades atendidas, observando-se critérios internos relacionados ao perfil do público assistido, metodologia de atendimento, espaço físico disponível, capacidade de armazenamento e planejamento administrativo da SEAS, circunstâncias que conferem caráter específico e individualizado à demanda.

15.5.4. Além disso, a eventual participação de outros órgãos poderia resultar em significativa

ampliação quantitativa da futura ata, impactando diretamente a logística de fornecimento, o gerenciamento contratual e a execução administrativa da contratação, sem que houvesse, previamente, estudo técnico consolidado acerca da compatibilidade das possíveis demandas externas com as particularidades do objeto pretendido.

15.5.5. Nesse contexto, verifica-se que a contratação possui vinculação direta às necessidades institucionais específicas desta Pasta, razão pela qual **não se mostra adequada a abertura da Intenção de Registro de Preços – IRP** para participação de outros órgãos ou entidades.

15.6. **Das obrigações do órgão gerenciador e da detentora da ata:**

15.6.1. As obrigações do órgão gerenciador da ata, bem como as obrigações da detentora da ata serão aquelas estabelecidas pela SUPEL, no edital da licitação, regimento interno ou documento equivalente, uma vez que cabe ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP.

15.7. **Da quantidade mínima a ser cotada:**

15.7.1. Referente às quantidades mínimas, indica-se o que menciona o Decreto nº 11.462/2023, que, embora seja o regulamento federal de registro de preços, pode ser utilizado como referência para as explicações necessárias:

Art. 15. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disporá sobre:

[...]

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida, desde que justificada;

[...]

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso II do caput, consideram-se quantidades mínimas a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda na licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas, desde que permitido no edital, com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala.

15.7.2. Portanto, a quantidade mínima a ser cotada refere-se ao quantitativo que o licitante deve apresentar em sua proposta, sendo possível que um mesmo edital origine múltiplos fornecedores para um único item.

15.7.3. Nesse sentido, é necessário considerar uma possível perda de ganhos de escala decorrente do fracionamento de cotações pela Administração e observar os princípios da eficiência, vantajosidade e economicidade. Assim, não se vislumbra viabilidade técnica no recebimento de múltiplas propostas para um único item, ressalvados apenas os casos de possíveis divisões para reserva de cotas para ME e EPP.

15.7.4. Desta forma, as propostas apresentadas no presente certame deverão condizer com a totalidade dos quantitativos apresentados em cada item/lotes, não sendo admitida a possibilidade dos licitantes oferecerem propostas em quantitativos inferiores aos máximos previstos no edital.

15.8. **Da Revisão dos Preços Registrados:**

15.8.1. A revisão dos preços registrados na ata de registro de preços ocorrerão em conformidade com o que prevê o Decreto Estadual nº 28.874/2024.

15.8.2. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser revistos pelo órgão gerenciador nas hipóteses de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução nas condições inicialmente pactuadas, mediante a devida instrução processual e realização de negociação com os fornecedores.

15.8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociação visando à redução e adequação do valor, podendo este ser liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades, caso não aceite a redução. A

eventual alteração do preço registrado não implica, automaticamente, a revisão dos preços dos contratos decorrentes, a qual deverá ser analisada pelo órgão contratante.

15.8.4. Na hipótese de elevação dos preços de mercado, o fornecedor poderá solicitar, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, desde que comprove a ocorrência de fato superveniente que torne inviável o cumprimento da ata, demonstrando a desatualização por meio de documentação comprobatória e planilha de custos. A análise e deliberação do pedido caberão ao órgão gerenciador.

15.8.5. Não comprovada a desatualização dos preços, o pedido será indeferido, permanecendo o fornecedor obrigado ao cumprimento da ata, sob pena de cancelamento do registro e aplicação das penalidades cabíveis. Comprovada a desatualização, a Administração poderá atualizar o preço registrado ou, alternativamente, liberar o fornecedor do compromisso, sem penalidades, podendo convocar os integrantes do cadastro de reserva ou os licitantes remanescentes, observada a ord

15.9. **Do quantitativo Mínimo para cada Ordem de Fornecimento:**

15.9.1. O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento será de 01 (uma) unidade de medida (unidade, caixa), exceto quando houver uma quantidade mínima específica indicada na descrição de cada item deste instrumento.

15.10. **Quanto a possibilidade de prever preços diferentes:**

15.10.1. Conforme previsto no artigo 82, III, da Lei nº 14.133/2021, o edital de licitação para registro de preços pode dispor sobre a possibilidade de haver **preços diferenciados** por item, considerando fatores como o execução do objeto, tais como local de entrega, firma de acondicionamento e outras variáveis devidamente justificadas no processo. Em especial, o inciso III estabelece que podem ser aplicados preços distintos quando:

a) O objeto for realizado ou entregue em locais diferentes: a variação de preços entre os itens, mesmo com a entrega em um único local, se baseia na complexidade logística envolvida, considerando fatores como o volume e a especificidade dos produtos entregues. Embora a Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social de Rondônia (SEAS/RO) tenha definido um ponto único de entrega neste Termo, os custos operacionais podem variar de empresa por empresa.

b) Em razão da forma e do local de acondicionamento: os custos podem se diferir devido às especificidades no acondicionamento, que visam preservar a integridade e a qualidade dos itens durante o transporte e armazenamento.

c) Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote: a variação de preços entre os lotes fundamenta-se nos custos proporcionais envolvidos na aquisição, armazenamento e transporte dos itens. Quanto maior o lote, o custo de escala tende a ser menor, enquanto lotes menores podem ter preços relativamente mais altos.

d) Por outros motivos justificados no processo: esses motivos podem incluir requisitos adicionais de qualidade, prazos diferenciados de entrega, necessidade de serviços complementares, ou particularidades técnicas associadas aos produtos que implicam ajustes de custos.

15.10.2. Dessa forma, conclui-se que é **possível admitir preços diferentes** entre os itens, considerando que empresas distintas podem ser vencedoras de cada um deles e que há justificativas técnicas, operacionais e econômicas plausíveis para tais variações.

15.11. **Do Modo de Disputa:**

15.11.1. Considerando que a presente licitação será realizada na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, opta-se pelo **modo de disputa aberto**, em conformidade com o art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

15.11.2. Tal escolha justifica-se pela compatibilidade entre a modalidade, o critério e o modo de disputa, uma vez que a apresentação de lances públicos e sucessivos estimula a competitividade, assegura maior transparência e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

16. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

16.1. A Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social, conforme os termos do art. 117, § 1º e 2º, da Lei nº. 14.133/21, designará 1 (um) ou mais representantes para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

16.2. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

16.3. Em caso de eventual falha na execução dos serviços que compõem o objeto contratual, deverá o fiscal registrar, de forma detalhada, a ocorrência no relatório de fiscalização.

16.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito e serão documentadas nos autos do processo de fiscalização, de modo que haja rastreabilidade dos fatos ocorridos ao longo da vigência do contrato.

16.5. Após a emissão da Ordem de Fornecimento/Contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

16.6. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

16.7. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

16.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

16.9. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

16.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

16.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

16.12. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

16.13. O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato.

17. DO RECEBIMENTO

17.1. No recebimento e aceitação dos materiais serão observadas as especificações contidas no Termo de Referência.

17.2. Os equipamentos/materiais deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas e demais disposições constantes no Termo de Referência, não sendo permitido a Comissão, receber os

equipamentos fora das especificações pré-definidas.

17.3. O objeto deverá ser indiscutivelmente novo e sem uso. Não sendo aceitos itens que tenham sido objeto de quaisquer processos de reciclagem ou recondição. Deverão estar acondicionados em embalagem própria conforme ao fabricante, garantindo sua integridade.

17.4. O recebimento se dará da seguinte forma:

17.4.1. **Recebimento Provisório:** num prazo de 03 (três) dias úteis, para posterior verificação da conformidade dos materiais fornecidos, em relação à qualidade e quantidades conforme especificações exigidas, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.

17.4.2. **Recebimento Definitivo:** no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação da conformidade dos materiais fornecidos, em relação à qualidade e quantidades conforme especificações exigidas.

17.5. O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento dos materiais/bens.

17.6. O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil, pela qualidade, correção, solidez e segurança do objeto contratual, nem ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

18. DA GARANTIA:

18.1. Os itens fornecidos deverão possuir garantia prestada pelo fabricante ou pelo fornecedor, cobrindo eventuais defeitos de fabricação, montagem ou funcionamento, pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses**.

18.2. O prazo da garantia terá início a partir do recebimento definitivo do item, devidamente atestada pela Administração.

18.3. A garantia deverá abranger, no mínimo:

- a) Substituição de peças ou componentes com defeito de fabricação;
- b) Reparos necessários decorrentes de vícios, defeitos ou falhas de fabricação;
- c) Substituição integral do item quando o defeito não puder ser sanado;
- d) Atendimento sem custos adicionais à Administração, incluindo mão de obra, transporte, frete ou quaisquer despesas necessárias ao cumprimento da garantia..

18.4. Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela assistência técnica e pelas providências necessárias à correção de defeitos de fabricação ou funcionamento apresentados pelos itens fornecidos.

18.5. A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados, por meio eletrônico, telefônico ou outro meio formal de comunicação.

18.6. O prazo máximo para reparo ou substituição do item defeituoso será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da abertura do chamado.

18.7. A contratada deverá apresentar, no ato da entrega, documento comprobatório da garantia emitido pelo fabricante ou fornecedor, contendo prazo de cobertura e condições aplicáveis.

18.8. Ficam excluídas da garantia as hipóteses de danos decorrentes de mau uso; desgaste natural pelo uso ordinário; acidentes; quedas; contato com líquidos; surtos elétricos; armazenamento inadequado e intervenções técnicas realizadas por terceiros não autorizados.

18.9. Os casos omissos neste item serão regulados pela Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

19. DO PAGAMENTO:

19.1. Deverão ser apresentadas na SEAS, Notas Fiscais/Faturas emitidas em nome da contratante que será identificado na Ordem de Fornecimento, devendo conter no corpo da mesma: a descrição do Objeto, respectiva nota de empenho da despesa, número do processo e número da Agência e Conta Bancária da Empresa para depósito do pagamento, acompanhada da apresentação da certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, podendo ser verificada nos sítios eletrônicos, e ser positiva com efeito de negativa.

19.2. A contratada terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para efetuar a eventual correção da nota fiscal, caso seja necessário.

19.3. Sem prejuízo dos demais requisitos, para efeito de pagamento, observar-se-á o seguinte:

19.4. Pela fiel e perfeita execução do objeto definido neste Termo de Referência, a SEAS/RO realizará o pagamento, mediante a entrega da(s) nota(s) fiscais(is), que corresponderá(ão) ao valor da parcela do serviço / compra contratado e entregue.

19.5. No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a salários encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, dentre outras (quando houver);

19.6. A(s) notas(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser certificada(s) pelo servidor encarregado de fiscalizar a entrega dos materiais/serviços, comprovando a execução do objeto contratado.

19.7. A contratante poderá deduzir do montante à pagar à contratada, os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas por esta, previstas neste Termo de Referência.

19.8. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da habilitação para pagamento, nos termos do art. 190 do Decreto Estadual 28.874/2024.

19.9. Constando-se quaisquer incorreções na nota fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para o pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

19.10. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação, a qual ocorrerá em até 05 (cinco) úteis, contados do recebimento definitivo.

19.11. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

19.12. Havendo qualquer divergência no pagamento, será efetuado o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo da apuração do valor controvertido.

19.13. A empresa contratada deverá indicar no corpo da nota fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta, para qual deverá ser realizado o pagamento, via ordem bancária.

19.14. A contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring*.

19.15. A nota fiscal deverá ser emitida observando-se os dados, tais como nome CNPJ do Fundo ou Unidade Gestora designado na Ordem de Serviço/Contrato e demais informações constantes no documentos a serem enviados.

19.16. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da empresa contratada.

19.17. O pagamento efetuado à empresa contratada não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a entrega/execução dos materiais/serviços, especialmente aquelas relacionada com a qualidade e garantia dos materiais/serviços oferecidos.

19.18. A nota fiscal deverá ser encaminhada em PDF para o e-mail dafcontratos2019@gmail.com, com as respectivas documentações.

19.19. O pagamento só poderá ser efetuado, após a certificação da nota fiscal pela comissão de fiscalização e recebimento de material/serviço.

19.20. Caso a empresa seja optante do Simples Nacional deverá encaminhar a declaração junto à Nota Fiscal. A declaração pode ser nos moldes do seguinte modelo:

DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÕES INSCRITAS NO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr. (pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº.....
DECLARA ao Estado de Rondônia, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Estado de Rondônia, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

.....
Assinatura do Responsável

20. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. O critério de julgamento das propostas será de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

20.2. O licitante deverá encaminhar proposta de preços com o detalhamento do item ofertado, marca e os preços unitário e total.

20.3. O licitante deverá apresentar, na proposta, a razão social e o endereço da empresa que

prestará a assistência técnica.

- 20.4. As proponentes deverão apresentar, juntamente com a proposta, folder/catálogo/prospecto com especificação técnica, referente ao objeto licitado, objetivando auxiliar e dar agilidade na análise das propostas.
- 20.5. O preço ofertado correrão por conta do licitante e devem ter a inclusão dos tributos, tarifas e despesas com fretes, carregamento, transporte e descarregamento decorrentes da execução.
- 20.6. Não será aceita oferta de objeto com especificações inferiores ou divergentes do TR.
- 20.7. A proposta deverá ter a validade mínima de 90 dias.
- 20.8. Não serão exigidas amostras para este certame.

21. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

- 21.1. A estimativa de valor da contratação deverá ser realizada pela SUPEL, em atendimento a competência designativa do Decreto Estadual nº 28.874, de 25/01/2024.

22. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA:

- 22.1. Esta despesa se dará em conformidade com a dotação orçamentária:

U.G	PROGRAMA DE TRABALHO	P/A	FONTE DE RECURSO	NATUREZA E SUBELEMENTO DE DESPESA
23.012	2168	2510	1.500.0.00001 /1.501.0.00001/1.660.0.00001/2.660.0.00001	44.90.52
23.001	1015	2087	1.500.0.00001/1.501.0.00001	
23.011	2087	2197	1.761.0.00001/2.761.0.00001	

23. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

- 23.1. Deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, artigo 225 da Constituição Federal/88, em conformidade com a lei 14.133/2021.
- 23.2. Devera aplicar as normas técnicas da associação Brasileira de Normas técnicas – ABNT/NBR, referente ao uso de materiais atóxicos e reutilizáveis. Os materiais entregues por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Termo de Referência.
- 23.3. Dar preferência por produtos com certificações ambientais (ISO 14001, rótulos ecológicos), fabricados com materiais reciclados ou de fontes renováveis, com menor toxicidade e maior durabilidade.
- 23.4. Optar por fornecedores locais ou regionais para reduzir os impactos do transporte.
- 23.5. Dar preferência a produtos com embalagens mínimas, recicláveis ou biodegradáveis.
- 23.6. Recomenda-se que no caso de aquisição de bens para substituição de outros já existentes na Instituições, os últimos deverão ser corretamente destinados para reciclagem, doação ou desfazimento; Em nenhuma hipótese os mesmos serão descartados em locais que não sejam os identificados na legislação em vigor

24. DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

- 24.1. Visando propiciar a ampla participação, a licitação deverá ser realizada por item, tendo em vista a divisibilidade do objeto. Acredita-se que, neste formato, não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala.

25. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA:

25.1. Forma de Consórcio:

25.1.1. É **vedada** a participação de empresas sob a forma de consórcio, uma vez que a união de esforços se faz necessária apenas na questão de alta complexibilidade e de relevante vulto, que impeçam a participação isoladas de empresas, que não é o caso do objeto em questão. A formação de consórcios nesta licitação poderá ensejar na redução do caráter competitivo do certame, visto que se trata de fornecimento de bem comum.

25.2. Sociedades Cooperativas:

25.2.1. Fica **vedada** a participação de cooperativas no certame, em razão da natureza do objeto licitado, que exige a entrega de materiais padronizados e a rastreabilidade da origem dos produtos e atendimento a exigências contratuais específicas quanto à qualidade e garantia dos materiais. Considerando o regime jurídico peculiar das cooperativas, que pressupõe a atuação direta e autônoma dos cooperados, entende-se que sua participação pode comprometer o fiel cumprimento das obrigações contratuais, inclusive no que tange à responsabilização por vícios e defeitos dos bens fornecidos.

26. DA PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP E APLICAÇÃO DO DECRETO ESTADUAL Nº 21.675/2017

26.1. Poderá ser concedido Tratamento Favorecido, Diferenciado e Simplificado às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, conforme disposições estabelecidas no Decreto Estadual nº. 21.675/2017.

26.2. Quando o valor estimado do item ou lote for de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação poderá ser destinada exclusivamente às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

26.3. Nos casos de bens ou serviços de natureza divisível, cujo valor estimado do item, lote ou grupo seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), poderá ser estabelecida cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) para participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

26.4. Para fins de aplicação dos benefícios previstos neste item, será considerado o valor estimado de cada item, nas licitações por item e o valor global do lote ou grupo, nas licitações agrupadas por lote ou grupo.

26.5. Os benefícios previstos neste item poderão ser afastados nas hipóteses legalmente admitidas, especialmente quando não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas para o certame.

27. DA HABILITAÇÃO:

27.1. Exigir-se-á dos interessados, na fase de habilitação, nos termos estabelecidos no art. 62, da Lei 14.133/2021, documentação relativa à:

27.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

27.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

27.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

27.2.3. No caso de Sociedade Limitada Unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento

comprobatório de seus administradores;

27.2.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

27.2.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

27.2.6. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.802/2023.

27.2.7. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

27.2.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

27.2.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

27.3. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

a) A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

27.4. **HABILITAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA-FINANCEIRA:**

27.4.1. **Exigência de Certidão Negativa de feitos sobre falência** – Lei nº 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos **últimos 90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

27.4.1.1. No caso de empresa que esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado o Plano de Recuperação Judicial já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

27.4.2. **Justificativa quanto a não exigência de documentos sobre a qualificação técnica:**

27.4.2.1. Não será exigida qualificação técnica para a presente contratação, considerando que o objeto consiste no fornecimento de materiais lúdicos, pedagógicos, terapêuticos e permanentes de natureza comum, amplamente disponíveis no mercado, cujo fornecimento não demanda execução de serviços especializados, emprego de técnica específica ou conhecimento operacional diferenciado.

27.4.2.2. A execução contratual limita-se à entrega dos itens nas especificações definidas pela Administração, sendo possível a verificação objetiva da conformidade dos materiais no ato do recebimento, mediante conferência de características, quantitativos, integridade e adequação ao Termo de

Referência.

27.4.2.3. Ademais, os riscos da contratação são considerados reduzidos e passíveis de controle por meio dos mecanismos ordinários de fiscalização, garantia, recebimento e aplicação de sanções contratuais, não se verificando, no caso concreto, necessidade de exigência de capacidade técnica específica como condição de habilitação.

27.4.2.4. Ressalta-se, ainda, que a adoção de exigências de qualificação técnica poderá restringir indevidamente a competitividade do certame, especialmente diante do histórico de baixa competitividade observado em contratações semelhantes, sem que tal medida represente ganho efetivo à segurança da execução contratual.

27.4.2.5. Dessa forma, a não exigência de qualificação técnica mostra-se adequada, proporcional e compatível com as características do objeto pretendido.

27.5. OUTRAS DECLARAÇÕES:

27.5.1. Apresentar a declaração de que **cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz**, previstas em lei e em outras normas específicas, em conformidade com os arts. 63, IV e 92, **inciso XVII**, da Lei 14.133/2021..

27.5.2. Apresentar a certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

27.5.3. Apresentar a regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

28. DAS OBRIGAÇÕES:

28.1. DA CONTRATANTE:

28.1.1. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes, devendo comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, para correção das irregularidades apontadas;

28.1.2. Comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução do contrato e receber dela as informações acerca das providências adotadas;

28.1.3. Promover o recebimento provisório e o definitivo nos prazos fixados;

28.1.4. Caberá ao servidor designado para o recebimento rejeitar qualquer item que não esteja de acordo com as exigências deste instrumento;

28.1.5. Fiscalizar a execução do contrato;

28.1.6. Efetuar o pagamento no devido prazo estabelecido;

28.1.7. Prestar todas as informações a CONTRATADA, necessárias ao bom e fiel desempenho do contrato;

28.1.8. Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução da entrega dos materiais/serviços, determinando a imediata correção;

28.1.9. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de penalidades pelo descumprimento total ou parcial do objeto.

28.2. DA CONTRATADA:

28.2.1. Além das demais obrigações exigidas em Lei a empresa CONTRATADA deverá:

28.2.2. Disponibilizar e manter atualizado endereço eletrônico durante toda a execução do contrato/fornecimento.

28.2.3. Realizar a entrega dos itens nas quantidades e prazos previstos neste instrumento.

28.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

28.2.5. Assegurar à Administração o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os materiais que não estejam conforme as condições estabelecidas no presente Termo, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades pactuadas;

28.2.6. Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do objeto fornecido;

28.2.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

28.2.8. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Processo Licitatório e da execução do contrato;

28.2.9. A inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração contratante, nem poderá onerar os materiais objeto deste Termo, razão pela qual a Empresa renuncia a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a contratante;

28.2.10. Quando houver formalização contratual, aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei 14.133/2021.

28.2.11. Responsabilizar-se integralmente pelos materiais/serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

28.2.12. Entregar o objeto nas quantidades indicadas pelo órgão requisitante;

28.2.13. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto e/ou serviço;

28.2.14. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

28.2.15. Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto e/ou serviço a ser adquirido, sobre tudo e qualquer dificuldade encontrada;

28.2.16. Responsabilizar-se por todos os transportes dos produtos em caso de necessidade de reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir.

28.2.17. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

28.2.18. Efetuar a entrega do objeto no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento, considerando a urgência da situação supracitada, podendo ser dilatado em casos excepcionais, mediante apresentação de justificativa, com concordância da Administração.

28.2.19. Repor ou substituir, às suas expensas, o objeto com avarias ou defeitos, ou que não correspondam com o solicitado neste Termo de Referência, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.**

28.2.20. Comunicar à contratante, por escrito, via e-mail dafcontratos2019@gmail.com, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, que antecedem a data da entrega**, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de seus deveres e responsabilidades relativos à execução do contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior.

28.2.21. A contratada deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação durante a execução contratual, conforme art. 62 da Lei 14.133/2021.

28.2.22. Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

- 28.2.23. Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.
- 28.2.24. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.
- 28.2.25. Apresentar a Declaração de Menor.
- 28.2.26. Apresentar a Declaração Independente de Proposta.
- 28.2.27. Apresentar a Declaração de Acessibilidade.
- 28.2.28. Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.
- 28.2.29. Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

29. DA GARANTIA CONTRATUAL:

- 29.1. Não será exigida garantia contratual, uma vez que o objeto desta licitação não apresenta grande complexidade.

30. DA CESSÃO, DA SUBCONTRATAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO:

- 30.1. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase ou etapa requeira a participação de terceiros, em razão da necessidade de especialização ou atividade diversa daquela praticada pela contratada, como serviço/material principal.
- 30.2. Os itens que compõem a solução são comuns, de fácil acesso e aquisição, não justificando a necessidade de realizar subcontratação.
- 30.3. Por essa razão, fica vedada cessão, subcontratação ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.

31. DAS SANÇÕES:

31.1. 29.1 Disposições Gerais:

Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada as sanções previstas neste item, observadas as seguintes diretrizes:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

31.2. Do contraditório e da ampla defesa prévia a aplicação de sanções:

- 31.2.1. Antes da aplicação de qualquer sanção, será assegurado a contratada o direito a ampla defesa e ao contraditório, com a prévia e expressa manifestação nos autos do processo administrativo.
- 31.2.2. A contratada será intimada para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme previsto nos arts. 157 e 158 da Lei 14.133/2021.
- 31.2.3. A defesa prévia apresentada **tempestivamente**, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, será obrigatoriamente analisada pela autoridade competente antes da decisão que aplicar eventual sanção.
- 31.2.3.1. Será considerado intempestiva a defesa apresentada após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis, **não gerando obrigatoriedade de análise**, ressalvada a hipótese de justificativa aceita pela

administração para a apresentação fora do prazo, por motivo de força maior ou caso fortuito.

31.2.4. O prazo previsto no subitem 31.2.2 é **improrrogável**, observado o disposto no art. 157 da Lei nº 14.133/2021, salvo comprovada ocorrência de força maior ou caso fortuito que impeça a tempestiva apresentação da defesa, hipótese em que a Administração, mediante decisão fundamentada, poderá reabrir o prazo por igual período.

31.3. **Das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021:**

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à contratada, garantida a prévia e ampla defesa, as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei 14.133/2021:

I – **advertência** por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado ou fornecimento de material, conforme art. 156, inciso I c/c § 2º;

II – **multa**, na forma dos subitens 29.4 e 29.5, conforme art. 156, inciso II c/c § 3º;

III – **impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme art. 156, inciso III c/c § 4º;

IV – **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme art. 156, inciso IV c/c § 5º.

31.4. **Da multa por atraso entrega (mora):**

31.4.1. Pelo descumprimento do prazo de entrega estabelecida no item 12.3 deste termo de referência, será aplicada à contratada multa moratória, incidente sobre o valor do item ou da Ordem de Fornecimento/Contrato não entregue no prazo, conforme os seguintes percentuais:

a) **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso, até o 10º (décimo) dia corrido de atraso;

b) **1% (um por cento)** por dia de atraso, do 11º (décimo primeiro) ao 20º (vigésimo) dia corrido de atraso;

c) **2% (dois por cento)** por dia de atraso, do 21º (vigésimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia corrido de atraso.

31.4.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, sem justificativa aceita pela Administração, caracterizará inexecução total do objeto, sujeitando a contratada à multa compensatória de **5% (cinco por cento)** sobre o valor do item não entregue, além da rescisão contratual e das demais sanções cabíveis.

31.4.3. As multas por atraso serão aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo da obrigação de entrega do objeto.

31.5. **Das multas compensatórias por inexecução:**

31.5.1. Pela inexecução total do objeto, será aplicada multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

31.5.2. Pela inexecução parcial do objeto, será aplicada multa compensatória de **0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento)** sobre o valor da parcela ou item não executado, considerando-se a gravidade da infração, nos termos do art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

31.5.3. As multas previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo da obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

31.6. **Das infrações administrativas e respectivas multas específicas:**

31.6.1. Sem prejuízo das demais sanções, as seguintes infrações sujeitam a contratada às multas específicas abaixo indicadas, incidentes sobre o valor do item ou da Ordem de Fornecimento, conforme tabela exemplificativa:

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	25% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	10% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)
3	Recusar-se a entregar o bem determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	5% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)
4	Entregar o bem incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência;	10% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Manter atualizado <u>endereço eletrônico</u> durante toda a execução do contrato/fornecimento;	3% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	3% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)
7	Comunicar a CONTRATANTE dentro do Prazo estipulado no item 21.2.14 , quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam a entrega do objeto.	30% (sobre o valor do item)
8	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	8% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)

9	Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no tempo máximo conforme informado (item 10.2.2.5.) a contar da notificação para tal;	30% (sobre o valor do item que não houver reparação, correção, remoção ou substituição)
10	Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes da SAMS e Termo de Referência em consonância com a proposta apresentada;	20% (sobre o valor do item)
11	Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;	10% (sobre o valor total da Ordem de Serviço/Fornecimento)
12	Deixar de cumprir quaisquer das cláusulas " <i>Das obrigações da contratada</i> " (item 22.2. e seus subitens).	De 0,5% a 10% (A definição da porcentagem a ser aplicada obedecerá ao art. 156, §1º da Lei nº 14.133, de 2021 presente também neste Termo de Referência)

****incidentes sobre o valor***

do contrato/nota de empenho

31.7. Da aplicação e cobrança das multas

31.7.1. As multas devidas e/ou os prejuízos causados a contratante serão:

- a) deduzidos dos valores a serem pagos à contratada;
- b) recolhidos em favor do Estado de Rondônia, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação oficial;
- c) deduzidos da garantia contratual, se houver; ou
- d) inscritos na dívida ativa e cobrados judicialmente.

31.7.2. As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do art. 156, §7º da Lei nº 14.133/2021.

31.7.3. A aplicação de qualquer penalidade será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, nos termos do subitem 31.2.

31.7.4. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF ou CAGEFIMP.

31.7.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

31.8. DECLARAÇÃO:

31.8.1. Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em conformidade com o art. 63, IV, da Lei 14.133/2021; e

31.8.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme previsão do inciso XVII do Art. 92, da Lei 14.133/2021.

32. DOS ANEXOS:

32.1. É parte integrante deste Instrumento a Minuta de Contrato.

Elaborado por:

Kelma Palácio de Oliveira

Assessora Técnica / Gerência de Compras

Revisado por:

Felipe Santana Lopes

Gerente / Gerência de Compras

Na Forma do que dispõe a Lei nº 14.133/2021, **aprovo, declaro e dou fé** no presente Termo de Referência e Anexos.

De acordo,

ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro SEAS

Gestor e OD por Delegação - Portaria nº 634 de 01 de outubro de 2021.

ANEXO

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE, O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº (09.317.468/0001-89), com sede na Avenida Farquar, nº 2986, Complexo Rio Madeira, Bairro Pedrinhas, (COMPLEMENTO), nesta cidade de Porto Velho-RO, representada pelo (CARGO DO REPRESENTANTE), o Sr. ou a Sr(a) (REPRESENTANTE DO ÓRGÃO), portador(a) do CPF/MF no (000.000.000-00), **CONTRATADA**, a empresa (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob nº (00.000.000/0001-00), com endereço na Rua (ENDEREÇO EMPRESARIAL), aqui representada por seu (CARGO), o Sr. ou a Sr(a)(REPRESENTANTE EMPRESARIAL/LEGAL), portador(a) do CPF/MF nº (000.000.000-00), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada sob id. XXXX, celebram o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, em atendimento ao pedido sob id. XXXX, decorrente do Processo Eletrônico nº XXX que regulou o Pregão Eletrônico nº XXXX (homologado pela autoridade competente - Ids. XXXXXXXXXXXX), o qual se regerá pelas disposições da Lei Nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, vinculando-se aos termos do Processo Eletrônico nº XXXXX, ao Termo de Referência (id. XXXXX) e à proposta da CONTRATADA, condicionado à observância do Parecer nº XXXXXXXXXXXXX (id. XXXX), mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais permanentes - Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva e Terapia Ocupacional para atender a Casa do Ancião SEAS-CASA pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.

2. DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

2.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

5. DA GARANTIA

5.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

7. DO VALOR E PAGAMENTO

7.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

12. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

12.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

14. DO REAJUSTE, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

14.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

15.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

16. DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

17. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

17.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei no 14.133/2021 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

19. DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE, através da Procuradoria Geral do Estado, providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

20. DO FORO

20.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

21.2. Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.

Representante legal (CONTRATANTE) -

Representante legal (CONTRATADA) -



Documento assinado eletronicamente por **Kelma Palacio de Oliveira, Técnico(a)**, em 19/05/2026, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE SANTANA LOPES, Gerente**, em 19/05/2026, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON MELO TINOCO DA SILVA, Diretor**, em 19/05/2026, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72374976** e o código CRC **E7F76D00**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0026.003533/2025-11

SEI nº 72374976



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS

MAPA DE RISCO

OBJETO: Aquisição de materiais permanentes, Materiais de Terapia Lúdica Cognitiva e Terapia Ocupacional para atender a Casa do Ancião SEAS-CASA												
PROCESSO: 0026.003533/2025-11												
IDENTIFICAÇÃO DE RISCO				NÍVEL DE RISCO			PRIORIZAÇÃO	RESPOSTA (M, A, T ou E)	AÇÕES SUGERIDAS	PLANO DE AÇÃO		
Risco	Causa do Risco	Consequência(s)	P	I	(P)x(I)	Quem?				Quando?	Como?	
ETAPA: (X) ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP												
1º	Termo de Referência incompleto ou inadequado	Falhas na elaboração do ETP	Elaboração de edital inadequado gerando recursos ou impugnação quando da sua publicação, atrasando, assim o procedimento licitatório devido a republicação do edital.	2	5	10	Média	M	- Fazer Checklist - Revisão de todos os pontos do ETP	CASA/ GC	Imediato	- Revisão do Estudo Técnico e preliminar com inclusão das instruções ausentes no Termo de Referência.
2º	Descrição inadequada do objeto	Não autorização do prosseguimento para contratação	Contratação não produz resultados capazes de atender à necessidade demandada, com consequente desperdício de recursos públicos.	2	5	10	Média	M	- Descrever adequadamente o objeto de forma clara e objetiva para entendimento de todas as áreas envolvidas.	CASA	I mediato	- Recomendar correções e/ou adequações.
3º	Estimativa incorreta de preços	Problemas no escopo; Levantamento incorreto dos preços praticados no mercado	Adequação do projeto quanto as suas especificações	1	5	5	Média	M	- Ajustar o escopo - Realizar o máximo de pesquisas de preços, esgotando todos os meios (web, banco de preços e fornecedores); - Analisar criteriosamente os valores apresentados.	CASA	Imediato	- Articulação Intergerencial
4º	Ausência de justificativa para a contratação	Falta de habilidade técnica sobre itens da contratação	Não atendimento ao princípio da motivação	1	4	4	Baixa	M	- Apresentar justificativa para contratação conforme necessidades e planejamento estratégico da contratante.	CASA	Na elaboração do ETP	- Articulação Intergerencial

5º	Critérios inadequados para medição e pagamento	Ausência de previsão à forma de pagamento	Conflito e possíveis atrasos entre contratante e contratada; Desperdício de recursos.	1	5	5	Média	M	- Informar formas de pagamento disponíveis e indicar a que melhor se aplica ao caso.	CASA / GC / GCONTRAT / GPLAN	Na elaboração do ETP	- Informar a previsão orçamentária, fontes, programa de trabalho,
6º	Ausência ou dos critérios de julgamento das propostas	Falta de definição no ETP	Seleção da proposta por critério diverso do objetivo da contratação; Desperdício de recursos.	1	5	5	Média	M	- Questionar a área demandante quanto aos critérios de julgamento.	CASA / GC	Na elaboração do ETP	- Adequando o ETP

ETAPA: (X) ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA - TR

7º	Critérios inadequados para medição e pagamento	Ausência de previsão à forma de pagamento	Conflito e possíveis atrasos entre contratante e contratada; Desperdício de recursos.	1	5	5	Média	M	- Informar formas de pagamento disponíveis e indicar a que melhor se aplica ao caso.	GC / GCONTRAT	Na elaboração do TR	- Adequando o TR
8º	Ausência ou dos critérios de julgamento das propostas	Falta de definição no ETP	Seleção da proposta por critério diverso do objetivo da contratação; Desperdício de recursos.	1	5	5	Média	M	- Questionar a área demandante quanto aos critérios de julgamento.	GC/SUPEL	Na elaboração do TR	- Adequando o TR
9º	Não assinatura do contrato	Desistência da empresa em prestar o serviço	Falta do serviço na Casa do Ancião	2	5	10	Média	M	- Estabelecer garantia da proposta. - Realização da apuração.	GC/SUPEL	Antes do início CONTRATUAL	- Solicitar atestado de capacidade técnica; - solicitar garantia da proposta.

ETAPA: (X) GESTÃO DO CONTRATO

10º	Falta de pagamento dos salários e outras obrigações trabalhista.	Empresa com pouca organização para cumprir suas obrigações trabalhistas.	Pode ocasionar na interrupção dos serviços prestados na Casa do Ancião.	3	5	15	Alta	RA	- Estabelecer critérios de sanções claras; - A fiscalização acompanhar junto ao preposto o cumprimento da obrigação; - Contratar empresas com experiência comprovada em prestação de serviço de limpeza.	CASA/ GC/ SUPEL	Antes do início CONTRATUAL	- Solicitar atestado de capacidade técnica que comprove experiência na atuação.
11º	Não cumprimento dos procedimentos e cronograma de limpeza.	Falha da execução.	Falta de limpeza adequada na Casa do Ancião.	3	4	12	Alta	RA	- Fiscalização, acompanhar e averiguar o cumprimento da limpeza na unidade.	CASA	Imediatamente após a constatação	- Estabelecer procedimento de fiscalização.

12º	Falta de insumos de limpeza.	A empresa não realizando a devida aquisição de insumos de limpeza.	Falta de insumos para realização da limpeza na unidade.	1	5	5	Baixa	RB	- Contratar empresas com experiência comprovada em prestação de serviço de limpeza.	CASA	Antes do início CONTRATUAL	- Solicitar atestado de capacidade técnica que comprove experiência na atuação, - Estabelecer rotinas de fiscalização contratual.
13º	A empresa deixar de manter os documentos de habilitação	Empresa deixar realizar o recolhimento de imposto ficando inadimplente com o fisco.	Impedimento de prorrogar o contrato devido à falta de certidões.	3	5	15	Alta	RA	- Realizar a contratação com a devida regularidade com o fisco. - Estabelecer critérios que a empresa será sancionada, caso não mantenha as condições de habilitação.	GCONTRAT	Durante a execução	- Notificação e solicitação das certidões de regularidade fiscal.

Para elaboração do Mapa acima foram consideradas a Matriz de Risco e a Escala abaixo:

MATRIZ DE RISCO						
IMPACTO (I)	Muito Alto 5	5 (RM)	10 (RM)	15 (RA)	20 (RE)	25 (RE)
	Alto 4	4 (RB)	8 (RM)	12 (RA)	16 (RA)	20 (RE)
	Médio 3	3 (RB)	6 (RM)	9 (RM)	12 (RA)	15 (RA)
	Baixo 2	2 (RB)	4 (RB)	6 (RM)	8 (RM)	10 (RM)
	Muito Baixo 1	1 (RB)	2 (RB)	3 (RB)	4 (RB)	5 (RM)
		Muito Baixo 1	Baixa 2	Média 3	Alta 4	Muito Alta 5
PROBABILIDADE (P)						

ESCALA PARA CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEIS DE RISCO			
RB (Risco Baixo)	RM (Risco Médio)	RA (Risco Alto)	RE (Risco Extremo)
1 - 4	5 - 10	12 - 16	20 - 25

Legenda para a coluna "RESPOSTA"			
M	A	T	E
Mitigar	Aceitar	Transferir	Evitar

Cidade, data e hora do sistema.

Elaboração

GASPAR DA COSTA KNYPPEL FILHO

Assessor

Revisão e Validação

PEDRO NAZARENO JUNIOR ZIMMERMANN DA SILVA

Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO NAZARENO JUNIOR ZIMMERMANN DA SILVA, Coordenador**, em 13/05/2025, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gaspar da Costa Knyppe Filho, Assessor(a)**, em 13/05/2025, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0060052113** e o código CRC **191239F0**.

Referência: Caso responda este(a) Mapa de Risco, indicar expressamente o Processo nº 0026.003533/2025-11

SEI nº 0060052113

Criado por [66452775200](#), versão 2 por [66452775200](#) em 12/05/2025 13:05:57.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. (A)	QUANT. DEST. EXCLUSIVA MEPP (B)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - [A-B]	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	EMP 6	EMP 7	EMP 8	EMP 9	EMP 10	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL EXCLUSIVO COTA MEPP (F) - [B X D]	SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - [C X E]	SUBTOTAL GERAL (F + G)
1	Blocos de Encaixe, em madeira; contendo 25 (vinte e cinco) peças em formatos diferentes; com base medindo aproximadamente 32x21x6,5cm; peças coloridas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	45,00	49,93	50,32	62,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	45,00	R\$ 51,81	50,13	72,1	13,92%	MÉDIO	R\$ 518,10	-	R\$ 518,10
2	Prancha de Encaixe, em madeira; tipo seleção geométrica; aproximadamente 16 peças. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	64,38	65,42	72,45	80,90	NC	NC	NC	NC	NC	NC	64,38	R\$ 70,79	68,94	7,64	10,79%	MÉDIO	R\$ 707,90	-	R\$ 707,90
3	Kit Jogo De Memória, Cubos de Memória - Carimbras Composto por aprox. 24 peças em madeira, cor branca com impressão de formas em diversas cores e modelos. Material: madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	100,90	142,14	152,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	100,90	R\$ 131,68	142,14	27,11	20,59%	MÉDIO	R\$ 1.316,80	-	R\$ 1.316,80
4	kit Jogo demência - contendo 4 (quatro) jogos de estimulação para idosos: 01 Jogo palavras cruzadas, 01 jogo quem sou eu. 01 Jogo das 4 operações matemática. 01 jogo quebra cabeça cores. Material em madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	139,90	150,00	199,41	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	139,90	R\$ 163,10	150,00	31,85	16,53%	MÉDIO	R\$ 1.631,00	-	R\$ 1.631,00
5	Desafio das Cores, contendo 1 tabuleiro e bastões. Material em madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	192,95	218,50	278,08	279,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	192,95	R\$ 242,13	248,29	43,22	17,89%	MÉDIO	R\$ 2.421,30	-	R\$ 2.421,30
6	Jogo da Velha, Composição: Jogo com tabuleiro fixo dentro da caixa em madeira fibrossintética impressa com Silk Screen, 08 pedras em duas cores confeccionado em MDF. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	37,00	49,00	50,00	59,44	NC	NC	NC	NC	NC	NC	37,00	R\$ 48,86	49,50	9,20	16,83%	MÉDIO	R\$ 488,60	-	R\$ 488,60
7	Treino Cerebral - Contendo aproximadamente 504 (quinhentos e quatro) peças: Sendo 8 (oito) placas, com modelos para fazer as figuras, 01 placa com orifícios como gabarito, contas coloridos em plástico nas cores: vermelhas, brancas, verdes, marrons, azuis, amarelas e pretas. Material madeira e pinos em plástico. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	135,00	145,00	191,04	219,99	NC	NC	NC	NC	NC	NC	135,00	R\$ 172,76	168,02	39,84	23,06%	MÉDIO	R\$ 1.727,60	-	R\$ 1.727,60
8	Baralho Estimulo de Memória - contendo aproximadamente 100 (cem) cartas interativas; com acesso via QR CODE a sons, ilustrações e textos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	168,00	209,00	213,00	246,42	NC	NC	NC	NC	NC	NC	168,00	R\$ 209,11	211,00	32,13	15,57%	MÉDIO	R\$ 2.091,10	-	R\$ 2.091,10

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. (A)	QUANT. DEST. EXCLUSIVA MEPP (B)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - [A-B]	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	EMP 6	EMP 7	EMP 8	EMP 9	EMP 10	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL EXCLUSIVO COTA MEPP (F) - [B X D]	SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - [C X E]	SUBTOTAL GERAL (F + G)
9	Conjunto De Aramados - em base de madeira; arames galvanizados recoberto com tubo de PVC flexível; contendo: aramado triangular; aramado ondular; aramado montanha russa; aramado espiral; aramado entrelaçado; aramado acrobático. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	220,00	264,10	280,00	286,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	220,00	R\$ 262,53	272,05	29,82	11,36%	MÉDIO	R\$ 2.625,30	-	R\$ 2.625,30
10	Caixa Tátil em Madeira MDF - com 12 (doze) peças. Material: MDF, Composta por uma caixa pintada com tinta atóxica com orifícios revestidos em EVA colorido, acompanha círculos de MDF e EVA com texturas diferentes (lilas, feltro, EVA e espuma). Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	5	5	NÃO APLICÁVEL	65,73	86,77	90,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	65,73	R\$ 80,83	86,77	13,18	16,30%	MÉDIO	R\$ 404,15	-	R\$ 404,15
11	Dominó ADIÇÃO em madeira MDF - Confeccionado em M.D.F. Quantidade aprox. : 28 peças - Caixa de madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	18,00	19,35	22,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	18,00	R\$ 19,78	19,35	2,03	10,23%	MÉDIO	R\$ 197,80	-	R\$ 197,80
12	Dominó SUBTRAÇÃO - em madeira MDF: Confeccionado em M.D.F; Quantidade aprox. : 28 peças - Caixa de madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	18,00	19,87	22,00	25,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	18,00	R\$ 21,22	20,94	3,00	14,66%	MÉDIO	R\$ 212,20	-	R\$ 212,20
13	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: leve. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	5	5	NÃO APLICÁVEL	26,99	32,00	32,01	44,60	NC	NC	NC	NC	NC	NC	26,99	R\$ 33,90	32,01	7,51	22,17%	MÉDIO	R\$ 169,50	-	R\$ 169,50
14	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: média. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UND	5	5	NÃO APLICÁVEL	33,01	35,90	40,31	45,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	33,01	R\$ 38,56	38,11	5,24	13,89%	MÉDIO	R\$ 192,80	-	R\$ 192,80
15	Exercitador de mãos e dedos - FingerFlex/HandGrip: Especificações: Nível de tensão: forte. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	5	5	NÃO APLICÁVEL	31,00	32,65	42,01	48,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	31,00	R\$ 38,42	37,33	8,02	29,85%	MÉDIO	R\$ 192,10	-	R\$ 192,10
16	Power web, exercitador - cor: coloridos; Especificações: Tipo de item: Power Web; Material: Silicone; Tamanho: Aprox. 35,56 cm/14 polegadas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	8	8	NÃO APLICÁVEL	129,00	150,23	175,35	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	129,00	R\$ 151,53	150,23	23,20	15,31%	MÉDIO	R\$ 1.212,24	-	R\$ 1.212,24
17	kit argolas funcionais coloridas - 40 cm de diâmetro: Tamanho do diâmetro: 40 cm; Material: PVC (Polipropileno); Quantidade: 12 unidade de argolas e os conectores. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	65,00	69,90	80,00	89,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	65,00	R\$ 75,98	74,95	10,70	14,88%	MÉDIO	R\$ 759,80	-	R\$ 759,80

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. (A)	QUANT. DEST. EXCLUSIVA MEPP (B)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - [A-B]	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	EMP 6	EMP 7	EMP 8	EMP 9	EMP 10	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO MÉDIO)	SUBTOTAL EXCLUSIVO COTA MEPP (F) - [B X D]	SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - [C X E]	SUBTOTAL GERAL (F + G)
18	Kit com 100 (cem) bolinhas de plástico para piscina de bolinhas - Especificações: Material: Plástico não tóxico e resistente; Diâmetro: Aproximadamente 7 cm por bolinha; Cores: Sortidas (azul, amarelo, vermelho, verde, entre outras); Quantidade: 100 (cem) unidades. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	66,20	74,99	78,49	84,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	66,20	R\$ 75,92	76,74	7,47	9,83%	MÉDIO	R\$ 759,20	-	R\$ 759,20
19	Jogo torre Inteligente em Madeira com estojo e pinos coloridos - Especificações: Material: confeccionado em madeira. Componentes: placas e cilindros de madeira pintados com tinta atóxica; Cores dos Cilindros: coloridos. Total de Peças: Aprox. 40 peças. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	40,50	42,80	43,60	48,07	NC	NC	NC	NC	NC	NC	40,50	R\$ 43,74	43,20	3,17	7,25%	MÉDIO	R\$ 437,40	-	R\$ 437,40
20	Jogo da memória em madeira com Pinos Coloridos - Especificações: Material: Madeira; Conteúdo: 01 tabuleiro, 01 dado e aprox. 24 pinos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	76,00	91,50	100,00	130,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	76,00	R\$ 99,38	95,75	22,71	22,85%	MÉDIO	R\$ 993,80	-	R\$ 993,80
21	Cubo de encaixe/empilhar 5 peça - Material: Madeira; Cores: coloridos, e uma peça de madeira crua. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	37,00	44,00	49,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	37,00	R\$ 43,33	44,00	6,03	13,91%	MÉDIO	R\$ 433,30	-	R\$ 433,30
22	Ábaco aberto com 5 hastes em madeira - representando unidade, dezena, centena e milhar: Material: Madeira; Quantidade: Aprox. 50 argolas coloridas. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	30,00	40,00	43,90	45,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	30,00	R\$ 39,73	41,95	6,83	17,19%	MÉDIO	R\$ 397,30	-	R\$ 397,30
23	Kit de argolas plásticas de brinquedo com aprox. 12 peças - Material: Plástico resistente; Tamanho: 12 cm; Cor: Variadas. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	25,00	31,50	32,00	37,40	NC	NC	NC	NC	NC	NC	25,00	R\$ 31,48	31,75	5,68	16,13%	MÉDIO	R\$ 314,80	-	R\$ 314,80
24	Pegador de objetos (Pinça): Especificações: Material do cabo: Metal; Material da ponta: Plástico; Tipo de pinça: polivalente. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	28,41	29,50	42,99	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	28,41	R\$ 33,63	29,50	8,12	24,15%	MÉDIO	R\$ 336,30	-	R\$ 336,30
25	Alinhavos em forma de animais - peças em madeira: Especificações: Material: madeira; Cor: multicolorido; Cordões: Colorido. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	30,00	44,00	50,35	54,40	NC	NC	NC	NC	NC	NC	30,00	R\$ 44,69	47,18	10,69	23,91%	MÉDIO	R\$ 446,90	-	R\$ 446,90

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. (A)	QUANT. DEST. EXCLUSIVA MEPP (B)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - [A-B]	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	EMP 6	EMP 7	EMP 8	EMP 9	EMP 10	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL EXCLUSIVO COTA MEPP (F) - [B X G]	SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - [C X E]	SUBTOTAL GERAL (F + G)
26	Alinhavos em forma geométricas em madeira peças - Especificações: Formas: quadrado, triângulo, círculo, retângulo, sextavado e trapézio isósceles; Cores: azul, amarelo, vermelho e verde; Acondicionado em caixa de madeira Cordões: Colorido. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	64,90	68,70	70,00	72,84	NC	NC	NC	NC	NC	NC	64,90	R\$ 69,11	69,35	3,30	4,77%	MÉDIO	R\$ 691,10	-	R\$ 691,10
27	Par de Pulseira com Peso de Pulso Unissex - com blocos de cargas removíveis, ajustável, silicone e cilindros de ferro, com fecho de aço. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	245,91	251,65	315,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	245,91	R\$ 270,85	251,65	33,34	14,16%	MÉDIO	R\$ 2.708,50	-	R\$ 2.708,50
28	Borda elevada para prato - Especificações: Material: moldado em plástico. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	35,90	65,52	98,00	35,90	R\$ 66,47	65,52	31,06	46,73%	MEDIANA	R\$ 655,20	-	R\$ 655,20
29	Pratos com bordas elevadas - Especificação: Plástico resistente. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	NC	NC	NC	NC	180,16	174,33	128,84	NC	NC	NC	128,84	R\$ 161,12	174,33	26,11	17,44%	MÉDIO	R\$ 1.611,20	-	R\$ 1.611,20
30	Abotoadores de camisas - Especificações: Material: Aço inoxidável e madeira. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	10,90	12,08	13,80	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	10,90	R\$ 12,26	12,08	1,46	11,80%	MÉDIO	R\$ 122,60	-	R\$ 122,60
31	Engrossadores de talheres para cabo de metal - não tóxico. Material: Borracha. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	24,90	33,63	57,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	24,90	R\$ 38,51	33,63	16,60	43,10%	MEDIANA	R\$ 336,30	-	R\$ 336,30
32	Colheres de sopa reta com cabo engrossado - Especificações: Comprimento: 16 cm; Material do cabo: plástico; Material da colher: aço inoxidável. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	66,33	68,74	81,69	84,55	NC	NC	NC	NC	NC	NC	66,33	R\$ 75,33	75,22	9,13	12,12%	MÉDIO	R\$ 753,30	-	R\$ 753,30
33	Plastificadora portátil A4, com cortador - Tipo de laminadora: Frio/quente; Voltagem: 127 V; Velocidade: 340 mm/min; Potência: 360 W; Largura Suportada: 3,3 cm; Com direção dupla. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	2	2	NÃO APLICÁVEL	436,48	438,00	464,99	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	436,48	R\$ 446,49	438,00	16,04	3,59%	MÉDIO	R\$ 892,98	-	R\$ 892,98
34	Kit supermercado - com alimentos em feltro com fibra em silicone. Tamanho natural dos alimentos. Compartimento em caixas de plásticos para armazenamento e sacolas para transporte. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UND	2	2	NÃO APLICÁVEL	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	1.990,00	1.032,00	910,00	910,00	R\$ 1.310,67	1.032,00	591,47	45,13%	MEDIANA	R\$ 2.064,00	-	R\$ 2.064,00

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EPP (B)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - (A-B)	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	EMP 6	EMP 7	EMP 8	EMP 9	EMP 10	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL EXCLUSIVO COTA ME/EPP (F) - (B x D)	SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - (C x E)	SUBTOTAL GERAL (F + G)
35	Quebra cabeça em M.D.F de alimentos para atividade de educação alimentar - Especificações: Confeccionado em M.D.F, com 30 peças que se encaixam entre si; Alimentos; 1 base de M.D.F. Com fundo em baixo relevo (para montar o quebra-cabeça). Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	10	10	NÃO APLICÁVEL	45,00	59,00	61,94	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	45,00	R\$ 55,31	59,00	9,05	16,37%	MÉDIO	R\$ 553,10	-	R\$ 553,10
36	Kit réplicas de alimentos com prato educativo saudável para atividade de educação alimentar - Especificações: Produzido em material resistente; Produzido em diversos materiais como polietileno, poliuretano, silicone e plástico; Tamanho aproximado as dimensões de alimentos naturais; Total de aprox. 46 réplicas de alimentos. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	2	2	NÃO APLICÁVEL	2.200,00	2.229,00	2.558,83	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	2.200,00	R\$ 2.329,28	2.229,00	199,33	8,56%	MÉDIO	R\$ 4.658,56	-	R\$ 4.658,56
37	Pirâmide dos alimentos de espuma para atividade de educação alimentar - Especificações: Pirâmide com aprox. 30 alimentos em espuma de aproximadamente 1 cm de espessura da espuma; Painel em formato de pirâmide em feltro. Alimentos diversos. Garantia mínima de 12 (doze) meses	UND	5	5	NÃO APLICÁVEL	324,00	330,00	439,00	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	324,00	R\$ 364,33	330,00	64,73	17,77%	MÉDIO	R\$ 1.821,65	-	R\$ 1.821,65
																VALOR TOTAL EXCLUSIVO ME/EPP						R\$	37.855,78	
																VALOR TOTAL COTA ME/EPP						R\$	-	
																VALOR TOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA						R\$	-	
																VALOR TOTAL						R\$	37.855,78	
LEGENDA: NC = Não encontrado																								
NOTA EXPLICATIVA: IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES		EMP1 BANCO DE PREÇOS EMP2 BANCO DE PREÇOS EMP3 BANCO DE PREÇOS EMP4 BANCO DE PREÇOS EMP5 MAGAZINE LUIZA S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36 EMP6 EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A - CNPJ: 06.626.253/0001-51 EMP7 LONGEVITECH - CNPJ: 31.746.037/0001-97 EMP8 DOMÍNIO AMPLO EMP9 DOMÍNIO AMPLO EMP10 DOMÍNIO AMPLO																						
1) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência ().																								



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº 90452/2025		
Data da Homologação:	xx/xx/xxxx	Processo nº	0026.003533/2025-11
Órgão Participante:	Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1. **CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).**

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

2. **CLÁUSULA II – DO OBJETO**

2.1. Contratação de serviço de comunicação móvel de dados, franquia mínima de 40 GB mensal, tráfego ilimitado, com fornecimento de Chip Nano SIM 3G, 4G e 5G, compatíveis com os dispositivos móveis, tipo Tablet e Smartphone, de propriedade dos Órgãos da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC para atividade operacional.

3. **CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

4. **CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

4.1. A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

5. CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante

vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

7. CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

8. CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

8.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

10. CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

11. **CLÁUSULA XI - DO FORO**

11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

Geovanna Pinheiro Alves

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

Adriana Larissa da Silva Mendes Nascimento

Diretora Executiva/SUPEL

Alvaro Henrique de Lima Teixeira

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Elaborado por:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO ADESÃO COMO INTERESSADO

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº ____/____

[], [DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DA ATA] do(a) [ÓRGÃO GESTOR DA
ATA]

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14.133/21, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14.133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE